

THÉA MARIA SAPORITI DE SIQUEIRA

EDUCAÇÃO DO DEFICIENTE VISUAL NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL  
EM CURITIBA

Monografia apresentada no Curso de  
Especialização em Educação Especial  
na Área de Deficiência Visual, no Se-  
tor de Educação da Universidade Fe-  
deral do Paraná.

8.5 (Oito e meio) Beira J Kaló  
8.0 (Oito) Suelly Chechelaki  
Média Final 8.2 (Oito e dois)  
Geiss

CURITIBA

1988

O meio é a mensagem.  
O meio é a massagem.  
O meio é a mixagem.  
O meio é a micagem.

A mensagem é o meio.  
de chegar ao Meio.  
O meio é o ser  
em lugar dos seres,  
isento de lugar,  
dispensando meios  
de fluorescer.

Carlos Drummond de Andrade, 1974

## AGRADECIMENTOS

À Prof.<sup>a</sup> Suely Küntop Chechelski, pela orientação deste trabalho.

À Neusa Carmem Araujo Kroetz, pela amizade e incentivo sempre presentes no decorrer do curso.

## S U M Á R I O

1	<u>INTRODUÇÃO</u> .....	01
1.1	JUSTIFICATIVA .....	02
1.2	FORMULAÇÃO DO PROBLEMA .....	06
1.3	OBJETIVOS .....	07
1.4	DEFINIÇÃO DE TERMOS .....	07
1.5	METODOLOGIA .....	08
2	<u>A EDUCAÇÃO ESPECIAL</u> .....	09
2.1	O PORQUE DA EDUCAÇÃO ESPECIAL .....	09
2.2	LEGISLAÇÃO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL .....	21
2.3	INTRODUÇÃO A EDUCAÇÃO ESPECIAL NO ESTADO DO PA- RANÁ .....	25
2.4	HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO PARANÁ .....	29
2.5	VISÃO HISTÓRICA DO ATENDIMENTO DO DEFICIENTE VI- SUAL .....	32
3	<u>DEFICIENTE VISUAL</u> .....	40
3.1	CARACTERÍSTICAS GERAIS DO DEFICIENTE VISUAL.....	40
3.2	A EDUCAÇÃO DO DEFICIENTE VISUAL .....	54
3.3	ESCOLA .....	58
3.4	IMPORTÂNCIA DO DIAGNÓSTICO E CLASSIFICAÇÃO DO DEFICIENTE VISUAL .....	60

4	<u>SUGESTÕES PRÁTICAS AOS VIDENTES PARA TRABALHAR</u>	
	<u>COM O DEFICIENTE VISUAL</u> .....	65
4.1	SUGESTÕES PARA ASSISTÊNCIA POR PESSOAS DOTADAS DE VISÃO AO DEFICIENTE VISUAL .....	65
4.2	VISÃO SUBNORMAL - QUANDO EXISTE LUZ .....	66
4.2.1	Quando bebê ou criança .....	66
4.2.2	Alunos em idade escolar .....	67
4.3	QUADRO DEMONSTRATIVO DO EXCEPCIONAL .....	71
5	<u>CONCLUSÃO</u> .....	73
	<u>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</u> .....	77

# 1 INTRODUÇÃO

A preocupação com o atendimento às pessoas que apresentam diferenças acentuadas, em relação a maioria das pessoas de uma sociedade, notadamente os deficientes visuais, tem se evidenciado através de ações, as mais diversas.

No presente trabalho procurou-se precisar o sentido da educação especial para os deficientes visuais.

Com o intuito de conhecer pormenorizadamente a sistemática da educação do deficiente visual, seus objetivos e metodologia, propôs-se a elaborar o presente trabalho por acreditar ser de interesse de estudiosos da área.

No segundo capítulo deteve-se a pesquisar os aspectos da legislação vigente, funcionamento e histórico da educação especial no Paraná.

Já no seguinte analisou-se a "educação" do deficiente visual, propriamente dita, bem como sua fundamentação pedagógica e psicológica.

No quarto capítulo elaborou-se sugestões práticas visando sanar as necessidades primordiais do deficiente visual, como pessoa e educando, objetivando fornecer subsídios aos profissionais que atuam junto aos portadores de deficiência visual.

Conclui-se o trabalho, analisando sob a perspectiva da "educação" os aspectos social, psíquico e físico (biopsicosociais) do portador de deficiência visual.

## 1.1 JUSTIFICATIVA

No Brasil, a Lei nº 5.692/71 que preconiza, em seu artigo 19, parágrafo 2º: "Os sistemas de ensino velarão para que as crianças, de idade inferior a 7 anos, recebam conveniente educação em escolas maternas, jardim de infância e instituições ensino equivalentes".

A partir deste impulso, o número de alunos, cresceu em uma proporção, de quase 100%. Apesar da expansão ter sido benéfica para um certo número de crianças, não atendeu ao grande contingente que ainda hoje, não tem acesso a esse tipo de educação.

As condições sócio-econômicas são fatores que acentuam o fenômeno de privação cultural.

Os conhecimentos, informações, contra informações, desinformações são desenvolvidas pela criança, que os transformam e reestruturam através de sua potencialidade psíquica, física, afetiva num longo processo formativo resultante da interação entre ela, os indivíduos e o meio.

No ato da concepção, a criança recebe de seus progenitores uma carga hereditária de caracteres que formarão um indivíduo único. Incluem-se neles características biológico-sociais, como ainda o esqueleto, musculatura, sistema nervoso, modo comportamental, perante si mesmo e a sociedade... Para que esses caracteres se desenvolvam é necessário estímulos internos bem como, os fatores externos incidindo sobre o indivíduo; situação geográfica, contexto sócio-cultural, tradições, escala de valores, classe social, grupo familiar, alimentação, escolaridade, efetividade, etc.

A pessoa organiza seu comportamento em e sobre este meio exercendo uma ação sobre ele e modificando-o. Ao construir sua realidade, emergem novos estímulos que criam novas condições para que através de uma reestruturação contínua surjam variadas possibilidades para seu desempenho e domínio nessa realidade.

É necessário pois, que o equilíbrio resultante da ação conjunta entre o indivíduo e o seu ambiente levem ao desenvolvimento da pessoa como ser integrado, global e único.

Em educação é necessário ter consciência da interação educando e meio já que a criança não deve ser vista como um receptor passivo das influências exteriores, mas sim um ser ativo e modificador pois ela adquire e estabelece padrões de comportamento.

De acordo com o Presidente Sarney, a Educação Especial não deve destinar-se apenas às crianças e aos adolescentes }  
mas também aos adultos. Nada mais justo! Entretanto onde estão eles? Por que são cegos? Quais suas necessidades mais eminentes? } c

Sendõ a educação direito de todos e como sem ela não }  
existe humanização faz-se necessário que todo indivíduo excepcional, em sua singularidade, com suas limitações e capacidade, venham a adquirí-la possibilitando à sua integração na }  
sociedade. }

Atualmente, não se justifica que o indivíduo com deficiência visual seja um elemento excluído da educação sistemática.

Cumpre a nós, educadores, a responsabilidade de demonstrar ao Deficiente Visual, que o seu desenvolvimento pleno só

será atingido através da educação em comunidade. Sua fonte de apoio buscada no recurso da própria pessoa; por mais escasso que ele seja mediante, a consideração de suas potencialidades manifestada nas necessidades e fraquezas, fundamentado em sua força e esperança, o Deficiente Visual muito se respalda em seus interlocutores na escola-professor e colegas.

A Constituição dos Estados Unidos do Brasil, homologada em 5 de outubro de 1988, quase nada acrescentou a esse segmento educacional, limitando-se a reconhecer o direito dessa população à educação transferindo a competência para fixação de normas para os Conselhos Federal e Estaduais. *de Educação*

Para compreender a educação da pessoa deficiente, faz-se necessário atentar para suas atividades dentro de um contexto que diverge da escola onde se educam a maioria dos indivíduos.

O Deficiente Visual se aventura à descobrir o caminho de saber numa especializada educação embasada em princípios universais válidos para todo o ser humano. Esta especializada educação é adequada às deficiências do educando que tenta independente delas atingir as metas essenciais para a sua realização ao descobrir-se pessoa em sua integridade no profundo do seu ser.

"Se se tem em vista que, a educação se justifica pelas características essenciais do ser humano, pela sua possibilidade de "moificação" e "desenvolvimento interior" e não apenas "exterior", como dos outros seres vivos, entende-se que as suas condições fundamentais são as mesmas para todo homem, embora os seus meios sejam diversos" (MAZZOTA, 1982).

Dentro desta linha de pensamento, entende-se que a educação de um indivíduo procede de situações capazes de transformá-lo ou de lhe permitir transformar-se. Ela procede tanto de situações não programadas, chamadas informais, que decorrem da própria vida do homem em sociedade, quanto de situações programadas, formais que se realizam através de instituições que procuram planejar, dirigir e orientar o indivíduo para determinados fins.

A educação brasileira ao adotar métodos que não condizem com a sua realidade; ao proclamar situações ideais inexistentes no país; ao propor metas inviáveis ao invés de promover a independência do povo, intensifica a condição de dependentes e oprimidos.

Do 1º ao 3º grau, nosso estudante é incentivado a desenvolver uma postura de receptáculo do conhecimento oficial, em vez de ser agente transformador da sua própria educação.

A qualificação de "humanista" muitas vezes concedida à nossa educação, é falsa e mal intencionada, porque significa apenas uma educação de palavreado barato, de baixo custo, pobre pois é desprovida de laboratórios experimentais, uma das causas que acarreta alto custo social. *Foude*

A educação libertadora deve alicerçar-se em princípios que tratam o conhecimento voltada também à aplicação como conquista do educando e não como uma simples herança dos antepassados.

Aprender é plasmar uma forma de agir, para obter os conhecimentos desejados e não uma forma de raciocinar para entender conhecimentos consagrados.

## 1.2 FORMULAÇÃO DO PROBLEMA

Tende-se ver na educação a ação recíproca dos adultos sobre os jovens e dos jovens sobre os adultos, sendo assim uma ação recíproca de pessoa-a-pessoa que o educador estabelece com seu educando. Relação esta em que se leva em consideração que nenhum ser humano seja tratado como simples objeto e, sim cada um seja resgatado como ser pensante. Assim fazendo, se reconhece o seu dom transformado sem o negar através de segregação ou de excessiva dedicação,

Devemos ver o educando com um "fim em si" valorizando-o como homem pleno. Uma pessoa ou uma comunidade funciona melhor com crenças e valores explícitos que a norteiam.

Por essa razão, a crença na importância da educação para todos, ainda que, para alguns ela deve se desenvolver de forma especial, é que concretiza a educação do excepcional ou educação especial como uma idéia válida.

A educação dos deficientes brasileiros requer especial atenção, por se encontrar confusa em sua política e usar estratégias de atendimento que não proporcionam condições necessárias e de direito dos excepcionais a fim de levá-los a tornarem-se elementos úteis na comunidade em que vivem.

A educação é um direito do cidadão independente da sua perfeição física ou mental.

Cabe a cada um de nós reconsiderar e criar condições de estudo e trabalho aos deficientes, não por simples filantropia, mas por acreditar na importância desta atitude.

- Portanto a questão principal de nosso estudo é:

A Educação do Deficiente Visual, constitui-se de uma ação participativa e integrativa no contexto da Educação Especial no Estado?

### 1.3 OBJETIVOS

Este estudo pretende ampliar a compreensão da educação do Deficiente Visual no Paraná ao examinar como se realiza tal educação.

- Conhecer os vários aspectos a que envolvem.

### 1.4 DEFINIÇÃO DE TERMOS

- Excepcional: é toda pessoa que se afasta dos padrões admitidos de normalidade, podendo ser um portador de deficiência (mental, visual, auditiva, física ou múltipla); de problema de conduta ou de superdotação (MEC/CENESP, 1986).
- Deficiência Visual: alteração na capacidade de perceber imagens, comprovada por diagnóstico de especialista na área. Caracteriza-se por:
  - a) perda total ou quase total da visão (cegos): cegos são os que apresentam perda total ou parcial de visão, em tal grau que necessitam de método Braille como meio de leitura e escrita e/ou de outros métodos, recursos didáticos e equipamentos especiais para sua educação.
  - b) visão reduzida ou visão subnormal (parcialmente cegos): parcialmente cegos são os que embora com distúrbios de visão possuem resíduos visuais em tal grau que lhes permitem ler textos impressos à tinta. Não se incluem nesta categoria as deficiências facilmente corrigidas pelo uso adequado de lentes.

## 1.5 METODOLOGIA (??)

- . Levantamentos bibliográficos
- . Coleta de dados na realidade
- . Seleção de material
- . Análise de material

## 2 A EDUCAÇÃO ESPECIAL

### 2.1 O PORQUÊ DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Ao longo da história da humanidade, várias têm sido as formas de estender a educação e uma das formas mais recentes é a educação especial para excepcionais. Quando essa idéia foi formulada não é fácil precisar. É provável que isso tenha ocorrido quando as instituições para excepcionais se desenvolveram, primeiro na Europa, depois nos Estados Unidos da América e depois nos demais países. Pode ainda ter surgido quando a legislação dos vários países passou a garantir a oportunidade de educação para todas as crianças, e em nenhuma constituição está explícito que a oportunidade de educação deve ser assegurada a todas as crianças, menos às excepcionais.

De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), cerca de 10% da população universal carece de atendimento especializado por figurarem no contingente populacional classificado como portadores de excepcionalidade.

O Ano Internacional das Pessoas Deficientes (1980) trouxe à tona toda a problemática. Muito se pretendeu, mas pouco se alcançou. O país inteiro esteve mobilizado 365 dias sem promessa para uma década. Especialistas de todas as áreas se reuniram com o objetivo único de estabelecer diretrizes e traçar procedimentos para uma ação conjunta.

O potencial de realização do ser humano que deve ser desenvolvido, caracteriza-se por um sentido humanista e não humanitário, as atitudes sociais se concretizam em ações voltadas para a organização de serviços e recursos de educação e de reabilitação.

A ênfase no desenvolvimento do potencial das pessoas portadoras de deficiências e na sua integração social torna-se o princípio orientador do atendimento de excepcionais; não está mais em função das limitações, mas, principalmente, da capacitação da transformação e mudança do ser humano que vive numa sociedade em movimento.

"Os conceitos da Educação Especial bem como da Organização de Programas que visam atingir os objetivos de tal educação, tem variado de acordo com a filosofia do tempo em que o homem se situa e ainda de acordo com abordagens científicas baseadas em estudos psicológicos, pedagógicos e pesquisa de caráter social e econômico" (deliberação 001/83 PR).

"A educação especial está baseada na necessidade de proporcionar a igualdade de oportunidades, mediante a diversificação dos serviços educacionais, de modo a atender às diferenças individuais dos alunos, por mais acentuadas que elas sejam" (MAZZOTA, 1982).

A educação especial não pode caracterizar<sup>se</sup> como um ato caritativo ou filantrópico, condicionado à boa vontade de um grupo de pessoas bem intencionada, pois trata-se de um Direito - direito à vida, à liberdade e a educação - e para tanto requer a participação conjunta de órgãos de saúde, educação, assistência social e trabalho para acompanhar a evolução gradativa do deficiente.

→ só a ed. especial

A educação especial se apoia em uma filosofia humanista onde o ser humano é visto como pessoa, quaisquer que sejam as suas características e/ou peculiaridades, procurando sanar as suas necessidades, favorecendo sua auto-realização, oportunizando seus direitos do que como um valor de produtividade.

A participação da sociedade como um todo na solução dos problemas, a criação de mais oportunidades para os menos favorecidos, o atendimento imediato às necessidades básicas dos indivíduos constituem ações sociais de resultado efetivamente positivo na diminuição da incidência de deficiências.

"A auto-realização e a possível produtividade do excepcional constituem uma decorrência da educação apropriada que receba, educação essa que se fixará equilibradamente em seus dois aspectos educação como arte - apóia e orienta o educando como pessoa e, educação como ciência - que fornece informações e desenvolve habilidades" (WEINS, 1970).

Através dos artigos 203, 208 e 227 da Constituição Brasileira, homologada em 5 de outubro de 1988 e os artigos 1º e 9º da Lei nº 5.692/71 - É dever do Estado através dos seus órgãos federais e estaduais administrarem a educação ao excepcional com apoio técnico e financeiro da União.

A educação especial tem por objetivo específico estimular ao máximo o potencial do educando, em razão direta de suas possibilidades, nos aspectos intelectual, ético, estético, cívico-social, físico e de trabalho, mediante ampliação de conhecimentos, hábitos e habilidades aptidões, visando alcançar seu desenvolvimento integral.

Ela tem como ponto de partida o diagnóstico - avaliação médica - e o nível de desenvolvimento da criança; analisando-a

etapa por etapa, e facilitando assim a programação de aprendizagem - avaliação psicológica, pedagógica e social - sendo integrada ao sistema de ensino comum e as respectivas unidades escolares estaduais, municipais ou particulares e será ministrada através de programas adequados a cada tipo de excepcionalidade, vinculadas ao sistema educacional vigente.

"Para que esta educação se processe adequadamente, é necessário que a organização de Programas Especiais, desde os de estimulação precoce até os de atendimento aos adultos, seja voltada não só para as diferenças individuais dos educandos, mas também para o contexto social onde estão inseridos, pois o excepcional, como qualquer ser humano, não depende só das suas condições pessoais, mas também do seu ambiente social" (Conselho Estadual de Educação, Indicação nº 001/83).

O artigo 30 da Lei 5.692/71 refere-se a formação do pessoal docente que deverá ter uma habilitação específica ao ensino especial, obtida em curso a nível de 2º Grau, Parecer nº 349/77 do Conselho Federal de Educação ou com formação de nível superior conforme o artigo 33 da referida Lei.

Torna-se prioritário o intercâmbio com as universidades para se dar ênfase a pesquisa e os estudos científicos sobre os deficientes, integrando-os ao Estado que, juntos procurarão soluções e grandes aberturas para o atendimento de todos os alunos do sistema. Também a comunidade no aspecto de prevenção e de terapia, coligará os vários segmentos da sociedade para encontrar medidas efetivas na busca de soluções para os que precisam de trabalho especializado.

Constitui-se de suma importância a inclusão, nos currículos do Magistério o conhecimento científico básico que possi-

bilitem o diagnóstico das deficiências e permitam as primeiras ações relativas e ao atendimento do Deficiente Visual, bem como a detecção das dificuldades de aprendizagem. Não são as deficiências mas também os desajustes, o produto de pedagogia inadequada, responsável muitas vezes por procedimentos prejudiciais ao aproveitamento escolar do excepcional.

Sob o aspecto jurídico enfatiza-se hoje "a capacidade de direito", porém junto ao "ser" vem o "fazer". Conseqüentemente a auto-promoção do deficiente decorre da educação adequada - quando esta atinge a meta desenvolvendo as potencialidades cognitivas, afetivas e psicomotoras.

Outra constatação já difundida é que há maior incidência de deficientes e superdotados na classe desfavorecida sendo os motivos os mais diversos: desnutrição, falta de higiene.

O artigo 9º da Lei nº 5.692/71 considera o superdotado, crianças ou adolescentes, que necessitam de cuidados especiais, por serem educandos que apresentam notável desempenho onde trazem à tona potencialidades diversas, diferentemente da maioria de seus colegas, ocasionando desajustes, que os levam a um desequilíbrio que vai interferir no desenvolvimento de sua maturação, sem orientação estes se encaminham para a delinquência ou para a auto-destruição.

Os adolescentes superdotados, quer provindos de famílias de baixa renda ou pertencentes a classe mais favorecidas são acometidos de atos antissociais, organizando e chefiando quadrilhas, dentro de uma sociedade sem meios ou formas de reeducá-los. Inicia com eles uma competição de atos inteligentes na qual nunca há vencedor. Surge daí a necessidade de se propiciar estudos e pesquisas para canalizar este potencial

de inteligência e nortear as informações assimiladas, a fim de que se sintam cidadãos úteis à comunidade.

Unir universidade, comunidade, empresa e governo no propósito de facilitar o atendimento aos educandos que necessitam de cuidados especiais é a finalidade primeira da educação especial no Estado que visa assegurar eficaz participação técnico-financeira para a aprendizagem, integração social e independência do excepcional.

A indicação de normas para a Educação Especial no Sistema Estadual de Ensino facilita a consulta para a formulação de bases conjunta e abrangente para elaboração ou organização de Programas dentro desta Educação.

Com a Conceituação científica e pedagógica exposta na Indicação 01/83 do Conselho Estadual de Educação vê-se as características bio-psico-sociais dos excepcionais e os diversos processos de aprendizagem que visam o desenvolvimento da:

- . competência individual, voltada ao contexto social;
- . apreciação da herança social;
- . aceitação de responsabilidade;
- . transferência dos recursos adquiridos na aprendizagem;
- . harmonização das diferenças individuais.

Daí advêm as normas para a implantação de Escolas ou Programas Especiais funcionando através de mecanismos como formas de abrangência educacional para os Deficientes nas esferas Estadual, Municipal e Particular.

A identificação do aluno excepcional deverá ser feita o mais cedo possível, com um diagnóstico diferencial de caráter multidisciplinar e/ou transdisciplinar levando em conta seu meio social.

Serão assistidos em Classes Comuns de Ensino Regular recebendo, paralelamente atendimento em Sala Especial ou de Recurso ou através do Professor itinerante ou consultor.

Classifica-se como pessoa "deficiente" o indivíduo que na execução de uma atividade, demonstra inadequação, resultante de um impedimento psicológico, fisiológico ou anatômico, permanente ou transitório ou de uma anormalidade de estrutura ou função.

Dentro da excepcionalidade temos:

. DEFICIENTE MENTAL

É a pessoa que apresenta defazagem intelectual inferior ao termo médio que se procede no período de desenvolvimento podendo atingir os níveis leve e moderado até o severo ou profundo e que classificados educacionalmente temos:

a) Educáveis

Com grau de inteligência abaixo da média, podem ser alfabetizados com um currículo adaptados as suas condições.

Seu atendimento deve ser em: Sala Comum, Classe Especial, Sala de Recursos ou em Programa Especial dependendo de sua avaliação.

b) Treináveis

São definidos com grande dificuldade em alfabetizar-se e classificados pela OMS corresponde ao grau moderado e severo de retardo (Kuk: QI 30-35 a 50-55).

Atendimento em Escola Especial.

c) Dependentes

De retardo mental profundo tornando-se dependentes da ajuda alheia e classificados pelo OMS de profundos.

Atendimento em Centro de Dia.

. APRENDIZAGEM LENTA

Apresentam grau de inteligência na faixa limítrofe à média do grupo, com dificuldade de acompanhar o ritmo de aprendizagem.

Lentos na alfabetização, na matemática, no raciocínio e compreensão, rendimento geral fraco, gerando insegurança e dependência do professor.

Atendimento na Classe Comum com estratégias adequadas às suas dificuldades individuais.

· DEFICIÊNCIAS DE AUDIÇÃO

Alteração na capacidade de perceber sons.

Caracteriza-se por:

a) Surdez grave ou profunda (surdos)

Apresentam perda de audição em tal grau que impede a percepção da voz humana, necessitando de métodos e recursos didáticos e equipamentos especiais para aquisição, correção e desenvolvimento da linguagem.

Atendidos em Centros Especializados ou em Sala Comum do Ensino Regular após o domínio de conceitos básicos, Sala de Recursos ou de Professor itinerante ou Classe Especial.

b) Surdez média (parcialmente surdos)

Percebem a voz humana e apresentam dificuldade de compreensão da mensagem e da expressão oral.

Requerem métodos, recursos didáticos e equipamentos especiais para correção, desenvolvimento da linguagem e treinamento auditivo.

Atendimento em Classe Comum com apoio da Sala de Recursos e/ou de Professor itinerante ou em Classe Especial.

Dependendo do diagnóstico poderão ser atendidos ainda em Centro de Reabilitação ou em Clínica para treinamento auditivo.

#### . DISTÚRBIOS DA LINGUAGEM

Impedem uma comunicação normal causados por distúrbios neurais, emocionais, sociais e fonoarticulatório.

Atendimento em Classe Comum e/ou Clínicas Específicas e com apoio em Sala de Recursos.

#### . DEFICIÊNCIA VISUAL

Alteração na capacidade de perceber imagens, comprovada por diagnóstico de especialista na área.

"Educacionalmente são definidos como aqueles que necessitam do uso do sistema Braille e outros recursos didáticos especiais ou que lêem material impresso em tipos ampliados ou quantidades limitadas de impressão normal em condições especiais. Os que se enquadram na primeira situação são classificados como cegos, e os que se encontram na segunda são classificados como alunos de visão subnormal. Esta definição está fundamentalmente baseada na funcionalidade da visão. Difere das definições administrativas e legais que se baseiam em dados de acuidade visual" (MAZZOTA, 1982).

Caracterizado por:

a) Perda total ou quase total da visão (cegos)

Apresentam perda total ou parcial de visão, em tal grau que necessitam de sistema Braille para leitura e escrita e/ou de outros métodos, recursos e equipamentos especiais para sua educação.

b) Visão reduzida ou visão subnormal (parcialmente cegos)

Embora com distúrbios de visão, possuem resíduos visuais permitindo-lhes a leitura de textos impressos à tinta.

Atendimento no Ensino Regular porém com recursos e equipamentos didáticos com apoio de Professor itinerante e Sala de Recursos.

#### . DEFICIÊNCIA FÍSICA NÃO SENSORIAL

Alterações ortopédicas e/ou neurológicas.

Dependendo do grau de comprometimento serão atendidos em Classe Comum e/ou Especial, Centros de Reabilitação e Clínica de Reabilitação.

#### . PROBLEMAS DE CONDUTA

Acentuado desvio de comportamento emocional e social, que dificultam a adaptação e aprendizagem escolar.

Com um diagnóstico rigoroso detectando as causas desses problemas emocionais.

Dependendo de seu grau de comprometimento deverão ser atendidos em Classes Comum e Especial, Centros de Reabilitação, Clínica de Reabilitação, sempre acompanhado por uma equipe multidisciplinar.

. DEFICIÊNCIA MÚLTIPLA

Apresentação de mais de uma deficiência nas áreas sensorial, física ou mental.

Atendimento em Instituições especializadas.

. SUPERDOTAÇÃO

Caracteriza-se por aptidões, talentos, capacidade de alto desempenho em várias áreas de atividade principalmente nos seguintes aspectos, isolados ou combinados: capacidade intelectual geral; capacidade intelectual específica; criatividade; produtividade; capacidade de liderança; talentos especiais; capacidade psicomotora.

Atendimento em Escola Comum.

. DISTÚRBIOS DE APRENDIZAGEM

É a não compreensão ou uso da linguagem falada ou escrita e que se manifestam por uma capacidade imperfeita para fixar, raciocinar, falar, ler, escrever, soletrar ou realizar cálculos matemáticos.

Estes distúrbios incluem condições tais como: deficiências perceptuais, lesão cerebral, disfunção cerebral mínima, dislexia e afasia de evolução.

Atendimento em Sala Comum recebendo, atendimento especializado em Sala de Recursos.

. DISTÚRBIOS E DEFICIÊNCIAS SÓCIO-CULTURAIS

Têm origem na situação rebaixada da criança com origem em problemas alimentares, sócio-culturais, comportamentais, que levam a problemas de atenção, fixação, linguagem, distúrbios comportamentais.

Atendimento em Sala Comum, recebendo atendimento em Salas Especiais e de Recursos.

A caracterização das entidades especificando as instituições e locais especializados incluem: o Centro de Estimulação Precoce, Escola Especial, Centro Ocupacional, Oficina Protegida, Clínica de Atendimento Psicopedagógico, Classe Comum, Sala de Recursos, Classe Especial, Centro de Dia, Centro de Reabilitação, Residência, Ensino Itinerante, Programas Especiais será usado para cada modalidade de atendimento.

Sobre o currículo requisitos mínimos de diretrizes curriculares são apreciados pelo Conselho Estadual de Educação a fim de se verificar se obedecem as peculiaridades dos alunos e posteriormente a SEED como seu órgão próprio analisa as atividades e modalidades de atendimento.

Os currículos em Educação Especial visam:

- capacitar o Deficiente e o Excepcional a resolver problemas práticos da vida diária, ensinando-o a utilizar suas possibilidades para viver satisfatoriamente em sociedade;
- adaptar os métodos ou programas educacionais ao nível motor psíquico, intelectual e sócio-cultural do aluno deficiente ou excepcional;
- conhecer e satisfazer as necessidades emocionais e afetivas básicas peculiares ao desenvolvimento infantil, diminuindo e superando os seus problemas de adaptação.

## 2.2 LEGISLAÇÃO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Deliberação 020/86 do Conselho Estadual de Educação do Paraná, cuja relatora é Sueli Küntop Chechelski. *m esta correto, só fez parte da equipe*  
 O atendimento segundo o Art. 3º "se realiza em diferentes modalidades" que se caracteriza pela utilização de métodos e técnicas diferenciados, conteúdo curricular próprio, equipamentos e materiais instrucionais específicos.

Os profissionais são devidamente habilitados em curso de graduação ou com especialização em nível de pós-graduação e em caráter precário por tempo determinado em cursos emergenciais.

Ocorre no Sistema de Ensino em instituições escolares comuns e instituições especializadas.

Os programas respondem as exigências biopsicossociais, da idade, das necessidades do educando. Daí temos programas de educação precoce; treinamento básico; educação pré-escolar e escolar; iniciação para o trabalho; qualificação profissional e trabalho protegido. Também existem programas complementares como: terapia ocupacional, fisioterapia, musicoterapia, fonoaudiologia, atendimento pedagógico, atendimento psicológico, atendimento social, acompanhamento médico específico e outros, quando indicados.

A Educação Especial presta outros serviços à Comunidade como: prevenção de distúrbios do desenvolvimento do indivíduo, identificação precoce de excepcionalidade real ou potencial; avaliação diagnóstica adequada para definir a extensão e a natureza da excepcionalidade.

Das classes comuns em estabelecimentos de ensino do Sistema exige-se que seja complementada por: atendimento com

materiais instrucionais específicos; por profissionais especializados e em sala de recursos.

Sobre a sala de recursos, criadas em estabelecimentos de ensino do Sistema tem a função de complementar o ensino individualizado ou em grupo sob a orientação de professor especializados. O número de alunos não excederá a dez (10). Este frequentará regularmente a classe comum. O seu encaminhamento decorrerá do diagnóstico do regente de classe, supervisor e coordenador educacional e especialista da área. Haverá registro das atividades e do desempenho do aluno constituindo documento complementar para a transferência.

Das classes especiais espera-se múltiplas atividades que propicie melhor desenvolvimento. São criadas em estabelecimentos escolares isolados ou em complexos. A idade (-16) anos condições psicológicas e deficiências mental, auditiva, dupla deficiência são critérios que recomenda um ensino especializado. Tais classes visam a integração com as outras classes do estabelecimento para o crescimento convivial do aluno. Este permanece o tempo necessário à sua educação ou reabilitação.

Dos centros de atendimento especializados cedidos pela comunidade ou em estabelecimento de ensino requerer-se alunos de diferentes escolas com ensino individualizado ou em grupos (-10).

Promover a educação precoce; treinamento básico; apoio educacional ao pré-escolar; iniciação para o trabalho; atendimentos complementares específicos como reeducação e treinamento.

Avaliados os alunos por profissionais habilitados estes recebem atendimento por professor especializado que dispõe de recursos necessários (SEED) para orientá-los.

Das instituições especializadas espera-se atendimento educativo e/ou terapêutica <sup>g as</sup> e excepcionais. Temos as Instituições Escolares de Educação Especial e as Instituições Escolares de Educação Especial e as Instituições Residenciais e Clínico-terapêuticas.

Da Direção preferencialmente requer-se especialização na área de excepcionalidade atendida pela instituição. Além disso, <sup>de com</sup> conveniados o médico, psicólogo e assistente social e outros profissionais também <sup>am</sup> atendem nesta área. Proporciona-se ali programas de iniciação ao trabalho e/ou qualificação profissional em Oficina Pedagógica.

Das Instituições Escolares de Educação Especial - atende-se que a orientação é voltada ao ensino - aprendizagem de excepcionais como: centros de educação precoce; escola de educação especial; centro de habilitação e/ou qualificação profissional; centro ocupacional e centro de dia.

A P primeiro centro de educação precoce destina-se a atender crianças de 0 à 3 anos de idade que apresentam problemas evolutivos reais ou potenciais, decorrentes de fatores orgânicos ou ambientais. A família é chamada a cooperar como uma equipe multidisciplinar que intervém com técnicas de natureza médico-psicossocial.

A escola de Educação Especial atende a uma categoria específica de excepcionalidade. Raras vezes atende a mais de uma categoria sendo que as instalações e espaço físico devem ser adequados à categoria. Os recursos humanos, materiais e técnico financeiros devem ser específicos.

Os centros de reabilitação, habilitação; e/ou de qualificação Profissional e Centro Ocupacional destina-se à educação, recuperação ou treinamento de habilidades profissionalizantes de excepcionais com domínio das habilidades básicas. A qualificação e/ou qualificação profissional far-se-á por meio da associação do trabalho manual a outras formas de atividade com treino apropriado.

As instituições especializadas nos centros de dia atendem adolescentes e adultos de deficiência mental em grau severo sob o aspecto psicopedagógico e terapêutico. Hábitos de auto estima e socialização são observados ali dependendo do perfil biopsicossocial de educando. Para cada professor cinco alunos <sup>no</sup> máximo além da equipe multidisciplinar.

As instituições residenciais e clínico-terapêuticas.

Residência, como o próprio nome revela permite ao excepcional nela residir enquanto frequentar uma escola, exercer trabalho protegido ou integrar a força de trabalho. Dependendo da programação ou da atividade a sua permanência ali que será na modalidade de pensionato. O desempenho eficiente desta instituição é garantida pela SEED. ?

As instituições clínico-terapêuticas são especializadas na área de saúde física e mental para habilitação e reabilitação do excepcional.

Existem o centro de habilitação e/ou reabilitação, centro de reeducação, centro diagnóstico e/ou atendimento psicoeducacional. Atendem os deficientes mental, visual, auditivo, físico não sensorial, dupla aprendizagem. Equipes interprofissionais e interdisciplinares atendem tais educandos para adqui-

rir, compensar ou restaurar suas aptidões operativas com métodos e processos terapêuticos e de serviço de natureza médico psicossocial visando a sociabilidade.

Os centros de diagnóstico e/ou de atendimento psicoeducacional têm por finalidade realizar avaliação diagnóstica e/ou atendimento aos portadores de excepcionalidade para complementar e integrar o que já recebeu.

O atendimento hospitalar ou domiciliar possibilita aos que precisam de cuidados nestas unidades, a permanência ali com atendimento educacional adequado.

O atendimento profissional é previsto em lugares como hospitais ou domicílios a ida de um profissional itinerante especializado na área da excepcionalidade. Estes estão vinculados a SEED.

O tratamento especial previsto no Art. 9º da Lei nº 5.692/71 aos superdotados são regidos pelas normas específicas do Conselho Estadual de Educação que elabora (SEED) projetos implantação, acompanhamento e avaliação. Os professores, na ausência de especializados, recebem curso emergencial para orientá-los.

As contribuições escolares em estabelecimentos particulares da Educação Especial, assim como todos os envolvimento devem obedecer a legislação vigente.

Tais normas entraram em vigor a partir de 1986.

### 2.3 INTRODUÇÃO A EDUCAÇÃO ESPECIAL NO ESTADO DO PARANÁ

A elaboração de diretrizes para fundamentar o atendimento aos deficientes levou-nos a examinar as diversas etapas de crescimento, atraso e urgência histórica em diversos lugares.

res. Assim teremos parâmetros para comparar o atendimento aos excepcionais no Paraná.

Para iniciar é preciso redefinir, reinterpretar as diversas filosofias de ação usadas até os dias de hoje com os deficientes visuais a fim de, se permitir um ajuste dele ao ambiente sócio-econômico em transformação no Paraná. Atender-se-á também a individualidade do excepcional que o levará a autonomia e capacitação permanente.

Para tanto o Departamento de Educação Especial da SEED exercendo a coordenação geral da Educação Especial no Estado tem a competência de estabelecer e difundir normas e diretrizes para promover e educação <sup>cei</sup> à criança e ao adolescente cujo diagnóstico multidisciplinar indique necessidade de atendimento.

Procura dinamizar os recursos locais (comunidade) técnicos assessorando-a, assim como, divulga normas e diretrizes acerca da profissionalização dos educandos deficientes para que se sintam sócios do mundo que os rodeia incorporando-os na força de mentalização, assessoria técnica, animação e execução no trabalho e lazer.

Outrossim, concita a família a comunidade à participação. Decorre promover a capacitação de recursos humanos para a Educação Especial, realizando convênios nas esferas internacional, federal, estadual, municipal e particular através da Secretaria da Educação.

Este Departamento acompanhou o processo evolutivo idealizando, programado <sup>mdo</sup> e implantando projetos como: Escola Ecumênica (nível treinável - 1973), Centro de Habilitação Profissional Mercedes Stresser (adolescentes e adultos) com deficiência

mental (1973); Residência para adolescentes e <sup>adultos</sup> atos portadores de deficiência mental (1975); Programa de Estimulação Precoce desenvolvendo com estudantes universitários (voluntários): Residência para a criança cega (1976); Centro de Dia São Francisco de Assis para atendimento de criança e adolescentes portadores de deficiência mental de nível severo (1976); Centro de Estimulação Precoce para atendimento de crianças de alto risco (1981); Escola Agrícola Santa Felicidade para portadores de deficiência mental (1981). Ressalta-se que estes programas são mantidos por entidades filantrópicas particulares subsidiadas com recursos governamentais através de, convênios e outras formas de integração. Recebem regularmente recursos financeiros (Salário Educação, <sup>Gasto</sup> Gasto Estadual e Tesouro do Estado) equipamentos e materiais pedagógicos quando justificada a necessidade.

A escola recebe um professor do quadro estadual do magistério para cada 08 matrículas de alunos carentes. Para a instalação, após a avaliação dos alunos por equipe multidisciplinar, esta deve agir em conformidade com a Deliberação 020/86 do CEE "e solicitar a autorização de funcionamento ao mesmo CEE de acordo com a Deliberação 20/86".

A implantação de Classes Especiais obedece os dispositivos da Deliberação 020/86 do CEE. Contando com um reforço de voluntários (estudantes, leigos ou profissionais) estes são treinados e comprometidos com um horário de trabalho, desempenham funções as mais diversas também com termo de compromisso elaborado pela Direção de Programa.

Poder Público, Comunidade e Família são responsáveis e co-participantes no processo educacional que entende a

"Educação como responsabilidade". Fundamenta-se nos dispositivos legais: Lei Especial disporá sobre a Assistência à maternidade, à infância e a adolescência e sobre a educação dos excepcionais.

A nova Constituição Federativa Brasileira - promulgada em 5 de outubro de 1988 diz no:

Art. 203 item IV - A habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração a vida comunitária.

Art. 208 item II - Atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

Art. 227 item II- Criação de programas de prevenção e atendimento especializado para os portadores de deficiência física, sensorial ou mental, bem como de integração social do adolescente portador de deficiência, mediante o treinamento para o trabalho e a convivência, e a facilitação do acesso aos bens e serviços coletivos com a eliminação de preconceitos e obstáculos arquitetônicos.

"A Educação, inspirada no princípio da unidade nacional e nos ideais de liberdade e solidariedade humana, é direito de todos e dever do Estado, e será dada no lar e na escola". Idem, artigo 176.

"A Educação de excepcionais deve, no que for possível, enquadrar-se no sistema geral da educação a fim de integrá-los na sociedade". Lei de Diretrizes e Base (4.024/61), artigo 8º

"Toda iniciativa privada considerada eficiente pelos Conselhos Estaduais de Educação e relativa à Educação de

excepcionais receberã tratamento especial mediante bolsas de estudo, empréstimo e subvenção". Idem, artigo 89.

"Os alunos que apresentem deficiências físicas ou mentais, os que se encontram em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados deverão receber tratamento especial, de acordo com as normas fixadas pelos competentes Conselho de Educação". Lei 5.692/71, artigo 9º.

"A criança incapacitada física ou mentalmente, ou que sofra impedimento social serão proporcionados tratamento e educação e os cuidados especiais exigidos pela sua condição peculiar". Declaração dos direitos, princípio 5º.

O Departamento de Educação Especial agiliza os recursos físicos oficiais: Núcleos e Inspetorias Regionais; Escolas da Rede de Ensino; orienta os recursos comunitários - APAES; Clubes de Serviços; Prefeituras; Universidades, Hospitais; Clínicas SESC; SENAC; SENAI; bem como gerencia os recursos financeiros Federais: GENESP/MEC, INAE; DEE, FUNDEPAR; municipais, prefeituras, comunitários e projetos especiais.

#### 2.4 HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO PARANÁ

A iniciativa governamental do Paraná destinou a partir de 1939 com a criação do Instituto Paranaense de Cegos recursos mínimos à Educação Especial. Até 1963 existiam no Estado apenas sete instituições que atendiam os excepcionais.

Em 9 de janeiro de 1963, pelo Decreto nº 10.527 criou-se o Serviço de Educação de Excepcionais na Secretaria de Estado da Educação. Até então as comunidades assumiram grande parte do total desempenho direcional das escolas espe-

ciais. A Educação Especial passa a tomar novo enfoque com o preparo de recursos humanos com funções diversificadas para abranger os programas de atendimento.

Em 1966 realizou-se o primeiro "Curso de Especialização para Professores de Ensino Especial" que tornou-se regular a cada ano. As deficiências instaladas visuais, mentais, de audição e física não sensorial em adolescentes e crianças eram temas de estudo destes cursos que visavam posterior aplicação.

Uma das tarefas essenciais da sociedade democrática é oferecer a todas oportunidades iguais não só em termos de lhes ser permitido o acesso aos recursos de comunidade, mas também no sentido de que os mesmos sejam dinamizados de tal maneira que não permitam<sup>am</sup> a exclusão de nenhum indivíduo dos seus programas tanto de aspecto educacional, social, de saúde, de lazer como de trabalho.

Conhecer os recursos existentes na comunidade foi, <sup>o</sup>protanto, a segunda meta do Serviço de Educação do Excepcional na elaboração do seu plano de trabalho, uma vez que o excepcional deverá ter acesso a todos os serviços gerais que possam ser usados em comum com outras crianças, adolescentes ou adultos.

Realizado o levantamento dos recursos comunitários disponíveis, a etapa conseqüente foi a dinamização destes recursos e a criação de outros programas especiais necessários ao atendimento dos diferentes graus e características de deficiência dos educandos especiais.

Com o fito de propagar na comunidade a existência da Educação Especial agilizou-se a multiplicação dos serviços

a fim de, não excluir ninguém do âmbito educacional.

Assim, associações como APAEs (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais) se proliferam com a contribuição de Clubes, Associações, Prefeituras, Universidades, Inspetorias Estaduais de Educação são alguns dos recursos comunitários de que se valia o Serviço de Educação de Excepcionais para a expansão do atendimento à crianças e a adolescentes com deficiências juntamente com o Centro Nacional de Educação Especial - CENESP, atualmente SESP e a Campanha Nacional de Educação de Cegos e a FUNDEPAR para desenvolver a orientação e a assistência técnica em 1969.

Em 1967 o Convênio de Amparo Técnico firmado entre a Secretaria de Estado da Educação e a Entidade Mantenedora dos Programas marca época como fator predominante de expansão e acompanhamento nesta área de atendimento.

Cada professor recebe 5 alunos para orientá-los e a Escola Mercedes Stresser que atendia 93 alunos carentes recebem 18 professores estaduais.

De 1963 a 1971 temos notícia de 25 Escolas Especiais na Capital e 20 municípios do Interior do Estado.

As Classes Especiais são implantadas em Escolas de Ensino Regular.

Com o Decreto nº 1.083 de 19 de novembro de 1971 a título de reorganização o S.E.E. passa a ser, Departamento de Educação Especial ficando com a atribuição de programar a ação junto aos educandos excepcionais.

Aprova o regulamento e a estrutura o Decreto nº 205 de 4 de abril de 1975. Hoje tal Departamento promove, aperfeiçoa, presta assistência e fiscaliza o ensino oferecido aos super-

dotados, infradotados, criando condições de convivência social, inclusive a sua orientação para o trabalho.

Com esta ação organizacional chega-se hoje a mais de 165 Escolas Especiais <sup>no Paraná</sup> em Curitiba, instaladas.

Em se tratando da deficiência visual evidencia-se estabelecimentos residência para criança cega (1976). A maioria das entidades são filantrópicas e mantidas com benefícios particulares subsidiadas com recursos órgãos oficiais.

O Departamento colabora com eventos relacionados aos excepcionais assim como em projetos nacionais e internacionais.

Através da regulamentação da Lei 5.692/71 encaminhou-se subsídios para expedição de normas voltadas à realidade paranaense que serviu como (estruturação) à outros Estados.

## 2.5 VISÃO HISTÓRICA DO ATENDIMENTO DO DEFICIENTE VISUAL

Nas antigas tribos os cegos eram solicitados para transmitir e memorizar as tradições. Reverenciados como profetas e adivinhos a eles recorriam seus semelhantes para consultar a sua segunda visão.

Ora, eram vistos como agracidos por Deus, ora como castigados por seus próprios pecados ou por de seus pais. Neste segundo caso, eram marginalizados. Tal deficiência marcante com o correr dos tempos, inspirou simpatia e preocupação dos homens. Foi a partir deste grupo de deficientes (os cegos) que a humanidade têm se voltado com mais condescendência e dado melhor atendimento.

Os serviços sociais legais e educacionais sobre os cegos eram calculados, em 1969, em aproximadamente 800 organi-

zações nos Estados Unidos.

Os mosteiros, hospitais já se interessavam por este atendimento (BEST, 1934).

No século IV, S. Basílio de Cesareia, na Capadócia (Ásia Menor) fundou um abrigo para cegos e no século seguinte outros apareceram na Síria, Jerusalém, França, Itália e Alemanha.

Em 1254, Luíz IX criou em Paris um asilo para refugiar centenas de pessoas cegas, dando assistência principalmente aos expedicionários cegos das Cruzadas (os sarracenos vazavam seus olhos). Tal refúgio serviu como modelo para diversas instalações na Europa Ocidental.

No século XVI - Girolínia Cardono, médico de Pavia, na Itália, começou a ensinar os cegos a ler através do tato.

Nesta época Peter Pontanus Fleming, já cego e o Padre Lana Terzi publicaram livros sobre a educação de cegos.

Na metamática Jacques Benovilli na Suíça forneceu um ensino especializado. Neste período elaborou-se meios pelos quais os cegos pudessem ler a palavra impressa.

Em 1784 Valentim Hauy de Paris criou a primeira escola para cegos que depois passou a pertencer ao Estado, permanecendo como instituição pública. Outros países passaram a responsabilidade deste instituto ao governo.

Em Massachusetts, uma escola com 6 alunos é bem sucedida e passa a atender outras crianças cegas. Em seguida Nova York, Pensilvânia seguem tal modelo. Todas eram instituições particulares, exceto a de Ohio.

Os Estados criam escolas públicas para cegos integrando-as ao sistema escolar que dão apoio e possibilitam a integração ao ensino regular.

O grande marco na educação de pessoas cegas foi a invenção do sistema Braille, em 1824, por um cego francês chamado Louis Braille.

Animado pela sua afirmativa de que "sem livros os cegos não podem realmente aprender", disse um dia Louis Braille substituiu a palavra impressa e escrita em tinta pelo Sistema Braille e em 1950 junto a UNESCO aconteceu a I Conferência Internacional para Unificação do Braille criando-se o Conselho Mundial de Braille.

Tal sistema dá oportunidade do cego frequentar a escola comum, se bem assessorado.

Braille, estudante no Instituto Real para Educação de Jovens Cegos de Paris onde se adotava sistemas rudimentares e concitado a decorar textos (impressos pelo sistema de Valentin que requeria tempo, custo, material e esforço demasiado do educando e educador) resultando num mínimo progresso acadêmico.

Em 1854 surgindo o primeiro educandário no Rio de Janeiro, Instituto Imperial dos Meninos Cegos, hoje Instituto Benjamin Constant, surge assim a primeira escola da América Latina.

Criado pelo Decreto Imperial nº 1.428 de 12/09/1854 foi inaugurado com a presença do Imperador D. Pedro II e a Imperatriz Thereza Cristina.

Eles se motivaram em José Alvares de Azevedo, jovem cego brasileiro que estudou 6 anos na França e os alertou para a urgência da criação de uma escola no país.

No Brasil temos notícias que D. Pedro II importou uma obra em Braille da França em 1856.

Até 1926 constituiu-se como a única escola para cegos no Brasil e só a partir daí apareceram escolas congêneres.

Benjamin Constant labutou durante 20 anos (1869-1889) como esforçado professor do Instituto que hoje leva o seu nome.

Atualmente, há entidades especializadas em educação para pessoas portadoras de deficiência visual em todos os Estados da Federação.

Até 1969 haviam apenas nove institutos sendo dois mantidos pelo poder público e os demais por voluntários (leigos, técnicos, pais, amigos ou pelas próprias pessoas com deficiência visual).

A Campanha Nacional de Educação dos Cegos marcou como evento histórico (1/08/1958) dinamizando a educação do deficiente visual em todos os Estados da União. Porém a Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (dezembro de 1961), tornou-se mais importante pois no seu título X, artigos 88 e 89 - torna obrigatório a consideração da educação especial no plano geral da educação.

No dia 1º de fevereiro de 1939 fundou-se o Instituto Paranaense de Cegos, em Curitiba.

Na 2ª Grande Guerra Mundial com a mutilação de muitos pracinhas que também perderam a visão, o governo volta-se novamente a cuidar das entidades implantando também a Fundação para o Livro do Cego no Brasil, em 1954, na cidade de São Paulo. Isto, foi possível pelo esforço de voluntários copistas, e de algumas professoras recém-especializadas na educação de pessoas com deficiência visual. Esta fundação em 1956 instalou a Imprensa Braille que produziu livros, mapas e outros

materiais com caracteres Braille até então raros no país. Equipamentos indispensáveis à educação e a participação social eram construídos (regletes, bengalas, sorobã, etc.).

Em 1962 a Fundação criou o primeiro Centro de Reabilitação no país, as primeiras Salas de Recursos e o primeiro Serviço de Ensino Itinerante. Desde 1945 o Instituto de Educação "Caetano Campos" especializa professores e enfatiza a necessidade de integrar a criança cega na escola regular, prática que se espalhou pelo país.

No Paraná Orlando Alves Chaves, cego, era assessorado em 1935 por um professor italiano Máximo Azinelli que mandara buscar recursos especiais na Europa. Em 1943 ele colou grau no Ginário Belmiro Cesar e se licenciou em Letras Clássicas na UFP em 1946.

É o primeiro cego a diplomar-se no Brasil e até na América Latina.

Em 1952 entra no Instituto Benjamin Constant e colabora dois anos após a fundação o Conselho Nacional para o Bem-Estar do Cego onde é nomeado membro vitalício e representante desta Entidade na Região Sul do Brasil. Criou em seguida (1958) a Associação Paranaense de Pedagogia da qual foi seu primeiro presidente.

Azinelli morre em 1974 e outras escolas recebem alunos cegos oriundos do Ensino Itinerante. As Salas de Recursos são 7 e existem nas Escolas Estadual Professor Cleto (1987); Escola Istaelita Brasileira Salomão Guelmann (1982) e Escola D. Pedro II (1985), Vitor do Amaral, *D. Pedro* Pedro Macedo, AFAN.

Hoje o ensino integrado para pessoas de deficiência visual se difunde dia a dia no Paraná.

Em 1945 criou-se a "Escola do Instituto Paranaense de Cegos", mais tarde "Escola de Braille Professor Máximo Azinelli" e, atualmente registrada como "Escola Professor Osni Macedo Saldanha". Contando de início com apenas um professor também cego, Orlando Alves Chaves que ministra aulas a um certo número de alunos.

Em 1966, sediado no Paraná surge o primeiro curso de especialização para professores deficientes visuais com o patrocínio do Serviço de Educação de Excepcionais (atual Departamento de Educação Especial da Secretaria de Estado da Educação). Dos 6 cursistas duas professoras instalaram o Setor de Atendimento Educacional aos deficientes visuais liderados pelo professor Brasília Starepravo.

Em 1967, com a instalação do "Curso de Braille" cerca de dez alunos passaram a fazer parte do programa "Classe Especial" de preparo na Escola Epheta de educação familiar. Em 1969 passou esta classe para o Centro Educacional Guaíra, onde os alunos cegos participavam com os demais das atividades da Escola.

Com a expansão de novos programas pelo aparecimento de maior número de casos, uma entidade particular em regime de externato surge, reunindo técnicos da área, pais, voluntários e amigos das pessoas com deficiência visual. Fundam o Centro Iiflológico Paranaense, atual Fundação de Assistência à Criança Cega de Curitiba inaugurado em 1873. A partir daí novos rumos tomou a educação de pessoas com deficiência visual em Curitiba.

Destas divergências separam-se quatro grupos principais: um, manteve-se naquele projeto; outro, voltou aos seus

afazeres no Serviço de Educação para deficientes visuais; algumas mães de pessoas com deficiência visual refugiaram-se na Associação Feminina de Amparo ao Menor e Recém-Nascido, AFAN em virtude de seu então presidente, Sra. Glacia Pimentel, fazer parte daquele movimento, onde implantaram, a 23 de abril de 1973 o Programa de "Apoio Escolar" e inseriram em sua sigla a palavra "deficiente" passando a ser usada corretamente; o restante cria em 25 de março de 1972 a Associação de Pais e amigos dos Deficientes Visuais APADEVI que dinamiza o "Centro de Atividades" até 1975. Passam a chamá-lo de Centro de Reabilitação Louis Braille em homenagem ao Sesquicentenário do aparecimento do Sistema Braille.

Os programas advindos de diversos grupos não se complementam em detrimento dos deficientes visuais. Por isso em 1979, estes fundam a Associação dos Deficientes Visuais do Paraná - ADEVIPAR - onde a maioria dos sócios são deficientes visuais para garantir o poder de decisão.

Em 1984 reunidas todas as entidades dialogaram para negociar os verdadeiros interesses do cego.

O primeiro programa de Estimulação Precoce surge patrocinado pela AFAN partindo da iniciativa de professores do Serviço de Educação que desenvolveram um trabalho com as irmãs Cintia e Adriana Seccato Barbosa.

Os Cursos de Especialização são interrompidos em 1967 dirigindo-se os interessados para São Paulo. A partir daí aumenta gradativamente o quadro de profissionais especializados. Em 1979 foi introduzido no Instituto de Educação do Paraná que forma ano a ano especialistas neste ramo.

Em 1980 a ONU lança o "Ano Internacional das Pessoas Deficientes" do qual resultou num curso de pós-graduação em Educação Especial na PUC - Pontifícia Universidade Católica do Paraná com habilitação globalizada. Na UFPR - Universidade Federal do Paraná foi introduzido também como pós-graduação "Especialização em Educação Especial" habilitando o aluno na área de sua preferência.

Até 1983, pequeno número de municípios possuía algum Programa de Educação Especial. Depois da descentralização promovida pelo Departamento de Educação Especial - SEED, o índice elevou-se para cerca de 50% dos Municípios pretendendo-se atingir a totalidade até 1990.

### 3 DEFICIENTE VISUAL

#### 3.1 CARACTERÍSTICAS GERAIS DO DEFICIENTE VISUAL

Josephine Miller ressalta que a visão é a parte fundamental da atuação total dos sentidos na manutenção do equilíbrio. A perda deste "afeta de 3 maneiras a mecânica do andar-perda do senso de justeza dos passos, diminuição do equilíbrio e deficiência dos reflexos de proteção".

Bertholá Lowenfeld (1963) em seus estudos assinala a importância dos dois componentes da mobilidade - a orientação mental e locomoção física. Orientação mental definida como "habilidade do indivíduo para reconhecer seu meio ambiente e suas próprias relações temporais e espaciais, locomoções físicas como "o movimento do organismo para ganhar o espaço por meio do seu mecanismo orgânico". De natureza diferente, ambas as funções são necessárias para a mobilidade. Quanto a locomoção, LOWENFELD (1963) afirma que é o movimento de um organismo de um lugar a outro, através de seu próprio mecanismo orgânico.

\*Tanta mobilidade quanto locomoção referem-se a movimento, por isso parecem sinônimos. No entanto, cada uma representa um conteúdo muito particular. Assim, a mobilidade refere-se à capacidade de movimento em resposta a estímulos internos ou externos, englobando a realização do movimento em todas as áreas do corpo, em equilíbrio estático ou dinâmico, enquanto

a locomoção refere-se à capacidade do indivíduo mover-se sistemática e racionalmente de um lugar a outro.\*

\*"O cego deve fazer uso de todos os sentidos no esforço da orientação, necessitando de um "mapa mental" para guiá-lo e também fazer uso de sua experiência para reconhecer situações de seu ambiente, "da memória muscular" e do "sentido do tempo" gasto para realizar determinado percurso" (LOWENFELD, 1963).

O treinamento da mobilidade para o cego sob todas as condições até o uso da bengala, constitui área de interesse dos educadores e técnicos em reabilitação, sendo parte essencial do ajustamento individual nesta deficiência.

\*O deficiente visual de cegueira congênita ou precoce, geralmente tem problemas de postura, maneirismo, rigidez corporal, falta de coordenação no andar, movimentos corporais excessivos, inadequados ou mal dirigido, ausência ou inadequação de expressões faciais.\*

Os portadores de visão subnormal e de cegueira com resíduo visual são tipicamente relacionados com as características anteriores de acordo com a utilização do resíduo visual que possuem.

\*Nenhuma diferença existe, entretanto, sob o aspecto intelectual, entre os deficientes visuais e as pessoas dotadas de visão, assim, toda a potencialidade do deficiente visual pode vir a tona no desenvolver da capacitação do raciocínio, compreensão, de conceitos abstratos, percepção de fatos essenciais e discernimento de relações importantes através de uma igualdade de condição com a criança vidente, isto é, não limitando o seu contato com o mundo.

Ao entrar para a escola o deficiente visual está em\* atraso com a aprendizagem da criança vidente pelo seu limitado contato com o mundo, pela falta de visão embora isto seja passível de recuperação no que se refere a inteligência e aptidões para a aprendizagem. X

Do ponto de vista sócio-econômico-cultural, os deficientes visuais no Brasil provêm, em sua maioria, de camadas menos favorecidas da população, apresentando, por vezes, problemas adicionais quanto ao desenvolvimento, crescimento, doenças carenciais e vivências limitadas devido a ampla variedade de causas genéticas e ambientais que causam a cegueira.

" As infecções e acidentes têm decrescido de importância como causas, ao passo que uma percentagem maior dos casos de cegueira é atribuída a fatos pré-natais cuja natureza é ignorada, em sua maior parte" (TELFORD, 1984; SAWREY, 1984).

A maneira pela qual o grupo familiar encara a deficiência visual pode determinar atitudes de aceitação genuína, negação simulada de qualquer dos pais, superproteção e excesso de piedade, rejeição disfarçada, rejeição aberta.

Essas atitudes são responsáveis, não raro por problemas de personalidade e de ajustamento pessoal do deficiente visual ao meio.

Sob o aspecto psicológico não há diferença entre os deficientes visuais e pessoas videntes, apenas sendo particular a maneira pela qual cada pessoa vivência suas experiências e que vai determinar o particular modo de ser.

A visão é a mais complexa estrutura sensorial receptiva do ser humano.

De acordo com GESSEL (1948), NEVIS (1968) a função visual interferirá nas relações com o mundo exterior, constituindo o ponto de partida de todas as nossas atividades e experiências.

\*A falta de visão, o sentido essencial para o conhecimento da realidade do mundo exterior, porque a visão é sintetizadora e analítica, dificulta a aquisição de informações necessárias à formação de conceitos baseados no conhecimento dessa realidade. Para perceber o todo pela visão fazemos de forma automática e a partir do momento que necessitamos, a análise é feita simultaneamente.\*

»Situações não vivenciadas pela impossibilidade total de contato com a realidade e limitações de experiências determinam muitas vezes conhecimentos meramente verbais.\*

Para superar sua limitação, o deficiente visual vale-se dos sentidos remanescentes, cuja utilização deve ser orientada desde a mais tenra idade, período de estimulação precoce, na fase pré-escolar e durante toda a sua escolaridade.

Apesar da incapacidade visual, têm condições assim, os portadores de cegueira, de estruturar conhecimentos dos mais simples aos mais complexos, pela utilização plena dos sentidos remanescentes, sem que isso implique nenhuma compensação sensorial.

Parte daí a importância da escola na vida do deficiente visual.\*A criança cega entregue somente ao grupo familiar provoca uma inadequada situação onde muitas vezes os deficientes visuais agem como se fossem deficientes mentais em virtude de privação cultural e experiência de vida.\*

Quanto a situação social ou educacional do deficiente visual tem-se observado que em geral no Brasil, ele vai para a escola muito tarde. Na maioria das vezes as crianças permanecem sem escolaridade durante muito tempo por receio de serem chamadas de "ceguinho" ou "bobinho" sendo alvo de comiseração pública, manifestada em atitudes paternalistas e superprotetora que eles rejeitam com altivez.

Ao procurarem a escola, tardiamente, as crianças deficientes vêm geralmente com um aspecto franzino e em estado precário de nutrição, têm pouca ou quase nenhuma experiência de vida, uma inabilidade do uso das mãos, rendem intelectualmente abaixo de sua idade cronológica, estão assustadas e ansiosas. Raramente vêm dentro da faixa etária ideal, vêm de um meio sócio-econômico-cultural pobre, precárias condições de moradia e numerosos membros na família. Do ponto de vista da estrutura do sistema familiar, encontram-se, muito freqüentemente, crianças provenientes de lares desfeitos, outras que criadas por parentes próximos e algumas que vêm encaminhadas por outras instituições. Em seus lares há poucas chances de investigar o seu meio ambiente, deixadas geralmente "em um canto", inibem-se tanto no plano físico como no psíquico. As condições sócio-econômicas se correlacionam outros fatores, tais como: más condições de habitação e saneamento, baixo índice de escolaridade, condições de saúde e nutrição precárias e falta de estímulo, fatores esses que condicionam o fenômeno de privação cultural e que influenciam diretamente no desenvolvimento da criança em sua totalidade.

A pré-escola brasileira deverá então, estar apta a auxiliar estas famílias, minimizando este tipo de situação, o

que geralmente e infelizmente não ocorre.

Excetuando-se a percepção visual e seus correlatos, as diferenças entre os deficientes visuais e os dotados de visão não possuem maior significado, embora algumas características possam ser verificadas. Contudo, individualmente, essas características são necessariamente, peculiares a todos os deficientes visuais.

Sob o ponto de vista físico, o deficiente visual apresenta algum retardo no desenvolvimento, altura, peso, coordenação motora, motivado, especialmente, pela falta de atendimento adequado (estimulação precoce) durante o processo de desenvolvimento da criança limitada pela não utilização do sentido visual.

Os deficientes visuais são, geralmente, classificados em dois grupos: portadores de cegueira e portadores de visão subnormal. Cegueira - são aqueles que apresentam cegueira total ou resíduo visual não superior a 0,1 de visão. Visão subnormal ou ambliopia são aqueles cuja acuidade visual varia aproximadamente de 6/60 (0,1) a 18/60 (0,3) no melhor olho, após correção óptica ou tratamento.

Não devem ser consideradas como deficientes visuais as pessoas que apresentam distúrbios que possam ser corrigidos por lente ou tratamento médico adequado.

A falta ou redução de expressão facial do deficiente visual, devido a seu desconhecimento, face, leva-o a ser considerado um indivíduo desagradável ao grupo.

A expressão facial do cego revela:

- o cego mostra menor atividade facial que o vidente ao expressar todas as emoções;
- a quantidade relativa de atividade fácil na expres-

- são de emoções é quase a mesma para o cego como para o evidente;
- a atividade facial aumenta com a idade no vidente, mas decresce com a idade no cego;
  - o cego mostra, em pensamentos idênticos, ligeiras diferenças de movimentos faciais expressando emoções diferentes;
  - as expressões dos videntes são mais adequadas que a do cego.

Para LOENFELD (1963) a expressão facial do cego encer- ra), tanto prático, como teórico, pois levanta questões sobre a determinação cultural da expressão mímica e de ordem inata (MEC, 1974).

Os portadores de visão subnormal e de cegueira com resíduo visual podem, também, apresentar comportamentos típicos, geralmente, relacionados com a utilização do resíduo visual de que dispõem. No que se refere a coordenação motora a criança cega apresenta uma acentuada defasagem em relação a criança de visão subnormal e esta em relação a criança dotada de visão.

Desde a primeira infância a criança visualmente prejudicada percebe que é diferente das outras pessoas e começa a fazer perguntas.

Os pais precisam ser ajudados para que estejam emocionalmente preparados para essa experiência, devendo ser encorajados a discutir franca e honestamente com o filho sobre sua incapacidade visual. Há uma necessidade de fornecer um suporte emocional aos pais com ajuda do psicólogo, do assistente social, enfim, de pessoas especializadas na área, que

lhe permita aceitar a deficiência da criança, além de receber sugestões específicas para encorajar seus filhos no sentido de um desenvolvimento normal, respeitando-se o ritmo e o tempo de cada criança no processo do seu desenvolvimento.

Com o advento da adolescência, de "bastar-se a si próprio", desejo muito grande de independência, embora por outro lado o adolescente necessite de apoio e orientação. No adolescente deficiente visual, quanto maior for a deficiência, pode-se observar um conflito maior entre a sua dependência (maior que a dos videntes) e o seu desejo de independência. Podem aparecer reações agressivas contra as pessoas de quem depende, aliadas geralmente a uma grande desconfiança de suas próprias capacidades. Essa desconfiança pode ser acentuada no adolescente portador de deficiência visual, por dois fatores primordiais - profissão e função <sup>social</sup> ~~secual~~, conforme se encontra em BOUTH (1975). Como todo o adolescente ele se preocupa com seu papel na sociedade, com sua capacidade de produzir, de crescer em termos de participação no meio ambiente.

"As necessidades educacionais da pessoa cega são hoje atendidas de modo <sup>mais</sup> satisfatório do que suas necessidades ocupacionais" (TELFORD, 1984; SAWREY, 1984).

Observa-se, que os adolescentes deficientes visuais possuem uma indefinição em termos profissionais, chegando até a uma ignorância muito grande a respeito dos campos profissionais em que lhes é possível atuar.

O treinamento ocupacional especializado raramente é fornecido pelos órgãos destinados aos cegos.

O ensino de técnicas especiais, empalhamento de cadeiras, a confecção de vassouras e a tecelagem constituem a sua

habilitação profissional e/ou ocupacional. Cabe ao sistema educacional, como objetivo de dar uma educação global, não somente proporcionar um ensino profissionalizante e seu ingresso no mercado de trabalho, mas também orientar o aluno em relação a sua vocação, limitações e perspectivas de futuro em relação a profissão.

O trabalho é fator essencial no processo de integração do deficiente visual, é através do mesmo que ele utiliza suas potencialidades, sua capacidade de expressão e criação.

O deficiente, enquanto força de trabalho, enquanto cidadão, pode contribuir para a produção de riqueza nacional, tornando-se um ser produtivo, um ser de direito e deveres e não um ser que necessite de "guia".

O problema do deficiente é visto como uma questão filosófica, como nos disse o Presidente Sarney em discurso sobre a questão dos deficientes e excepcionais: "Todo deficiente nos joga no rosto e na consciência uma questão fundamental: serão os valores tão comumente aceitos como padrões-riqueza, inteligência, beleza - serão eles os únicos valores a se considerar?"

O deficiente visual enfrenta várias dificuldades para sua inserção no mercado de trabalho. Não tem as mesmas oportunidades que os outros indivíduos têm em relação à sua formação intelectual e profissional, não preenchem os padrões de beleza comumente aceitos e valorizados, de onde advêm os preconceitos, descrença em relação à sua capacidade.

Frente a estas barreiras o deficiente não consegue a sua integração no processo de trabalho, e, portanto, naquilo

que lhe é fundamental enquanto "Ser Humano" e para sua vida em sociedade.

~~X~~ No aspecto sexual nota-se a falta de experiências sexuais adotando, geralmente, a prática masturbatória. A sociedade recusa-se a pensar que o deficiente visual se interessa pelo assunto, como fazem todas as pessoas.

"Quando o jovem deficiente visual chega à escola secundária e começa a pensar sobre relacionamentos (e casamento) com jovem do sexo oposto, pode ter muitas idéias erradas ou ser totalmente ignorante a respeito dos fatos básicos relacionados com as partes do corpo e com o funcionamento sexual... Cursos sobre educação sexual e preparação para o casamento e vida familiar são absolutamente necessários para crianças e jovens deficientes visuais" (BARRAGA, 1976).

Muitas vezes, a masturbação no excepcional aparece na faixa etária de 7, 8 anos e por isto causa maior preocupação <sup>dos</sup> dos pais. É uma criança fisicamente mais desenvolvida, mais crescida e por isto nelas este tipo de comportamento parecerá mais inadequado e muitas vezes, mesmo mais chocante para os pais.

A masturbação talvez seja o único modo que grande parte dos deficientes têm de expressar fisicamente seus impulsos sexuais. Se o excepcional passa tempo demais se masturbando, isto não é porque tenha necessidades sexuais exageradas, mas sim porque não tem disponíveis outras fontes de prazer e alegria.

Na fase da adolescência, esta prática pode ser ainda mais frequente, sendo normal que ocorra como um meio de satisfação sexual e como descarga para tensões sexuais.

A criança excepcional tem os mesmos sentimentos e desejos como qualquer outro jovem e tem necessidade de compreender esses sentimentos.

"Não é possível negar informações sobre sexo a um deficiente. Os jovens excepcionais devem aprender os fatos sobre concepção, contracepção e doenças venéreas. Precisam aprender quanto aos riscos de uma gravidez fora do casamento, quanto ao perigo de contrair uma doença e quanto aos problemas de se usar sexo para fins de exploração. Precisam aprender que masturbação pode ser uma atividade saudável, mas que pode se tornar inapropriada se não for feita em lugares privados ou se for feita compulsivamente" (GORDON, 1986).

O namoro deve fazer parte da vida do deficiente visual. É importante que a família seja ajudada a discutir o assunto francamente com seu filho e, caso a deficiência visual se dever a fatores hereditários deva ser encaminhada a um médico geneticista.

Não existe uma "psicologia do cego" de caráter especial. Os cegos não se caracterizam por quaisquer traços ou tipos especiais de personalidade. Os problemas de ajustamento dos deficientes visuais, como os normais, vão desde os que se referem ao contato social cotidiano até os da dependência econômica.

"Os efeitos sociais e pessoais do prejuízo na visão são inespecíficos assumindo, na maioria das vezes, a forma de imaturidade e insegurança" (BAUMAN, 1964 e SCHINDALE, 1974).

"As fantasias dos cegos concernem à aceitação social, à realização pessoal e ao recolhimento a uma vida mais simples

e menos exigente. São análogas às fantasias das pessoas de visão normal" (CUTSFORTH, 1951).

Existem os "ceguismos": atitudes repetitivas, não exclusivas dos cegos mas, de muitas crianças nervosas ou mentalmente retardadas de visão normal.

A noção popular de que os cegos são dotados de audição, tato, paladar e olfato hiperagudos ou de memória fenomenal é largamente errônea. Qualquer superioridade dos cegos nas áreas perceptuais será resultante de uma atenção intensificada para pequenas pistas e do maior uso de tais pistas como fonte de informações e orientação.

Os processos perceptuais e conceituais do cego derivam de diferentes estímulos constituindo seu conhecimento do mundo. Suas necessidades giram em torno de uma boa educação geral, somadas a um tipo de instrução ocupacional que esteja de acordo com seus requisitos especiais. É necessário também que se tenha um conhecimento sobre a formação de conceitos na criança cega:

1. organização perceptiva feita pela manipulação;
2. apresenta níveis e conceitos de funcionamento;
3. defasagem da consciência espacial relacionado a posição, localização, direção e distância.

O tempo para a aquisição de conceitos depende do tipo de cegueira.

Cegueira congênita - demora de 250 a 300 horas ensino para sua aprendizagem já a adquirida leva 180 horas de ensino.

Os aspectos importantes a serem observados no estudo da visão subnormal: medida da acuidade visual, patologia que

ocasionou a perda visual, a idade em que a perda ocorreu, a função óptica desempenhada pelo indivíduo e a perda visual acompanha ou não de uma ametropia.

A visão subnormal necessita de uma reeducação visual que consiste no treinamento da visão residual binocularmente ou monocularmente de acordo com o desempenho das funções ópticas e adequação desta ao nível de acuidade visual e ao diagnóstico oftalmológico.

Reeducar a visão é aprender enxergar.

Os pontos importantes para a reeducação visual constituem de: tamanho de estímulo fornecido pela checagem da acuidade visual, tipos de exercício fornecido pela checagem das funções ópticas, cuidados especiais fornecidos pelo conhecimento do diagnóstico e prognóstico oftalmológico como tipo de luz, indicação ou não dos auxílios ópticos a pequena distância (até 10 cm), distância intermediária (de 90 cm à 1,50 m) e a distância longa (1,50 m em diante) e indicação de outras manifestações.

Nossa visão se completa sensorialmente em torno de 5 à 6 anos.

As pessoas até 6 meses tem: hipermetopia - enxergam 65%, tem dificuldade de enxergar para perto; miopia - enxergam 5%, dificuldade de enxergar de longe; emétropia - enxergam 15%, visão normal.

Além disso é necessário ressaltar que, há diferenças nos efeitos e na forma pela qual as pessoas reagem a um mesmo tipo e grau de deficiência.

Assim sendo, nenhuma deficiência específica implica em problemas tão específicos a ponto de justificar qualquer visão

estática e uniforme sobre os seus portadores e sua consequente classificação em uma categoria.

Na medida em que, em várias áreas profissionais, o uso de classificação por categoria de deficiência se impõem por necessidades as mais diversas, é preciso que cada um de nós esteja atento ao fato de que em cada categoria há inúmeras diferenças individuais, na situação familiar, experiências de vida e ajustamento, além do grau e extensão da deficiência propriamente dita.

Devemos olhar a pessoa que apresenta alguma deficiência e que por isso mesmo, não devem ser confundidas com a deficiência.

A educação básica que se pretende para todos está voltada para a formação integral do educando em seu tríplice aspecto: um, individual, de "auto-realização"; outro, individual e social, de qualificação para o trabalho; e um terceiro, predominante social de preparo, para o exercício de uma cidadania consciente. Com isto busca-se a "conciliação entre o desfrute do próprio ser e os interesses, as necessidades e as responsabilidades sociais" (MAZZOTTA, 1982).

O grau de alcance do objetivo variará, evidentemente, em função das limitações e capacidades de cada um e das condições gerais em que se desenvolver o processo educativo.

As necessidades educacionais específicas dos cegos são a aprendizagem do Braille, o amplo uso de experiência auditiva e táteis e o treinamento especial da mobilidade.

Quanto aos alunos de visão subnormal, necessitam de ajuda de tipos ampliados e de material impresso em formato especiais.

### 3.2 A EDUCAÇÃO DO DEFICIENTE VISUAL

A História da Educação é um conjunto de ações políticas, utopias e projetos educacionais conflitantes, bem como o resultado de profundas contradições entre esses vários elementos.

Apesar de ser considerada "educação especial", a educação de deficientes visuais não se manteve imune a este processo de constantes mutações.

Entretanto, com a Declaração dos Direitos do Homem, a sociedade resolveu proteger e amparar o deficiente, sem lhe conceder o direito à participação na vida pública.

A maioria dos educadores de hoje acreditam que o grau máximo de integração da criança deficiente, na escola e na comunidade, constitui o arranjo dela mesmo mais desejável. É evidente que a integração não significa apenas colocação física das crianças deficientes em escolas regulares nem é resposta a todos os problemas. É necessário um planejamento cuidadoso, professores especializados e uma organização dos serviços básicos.

Pela provisão adequada e contínua de suportes físicos, psicológicos e sócio-culturais o desenvolvimento integral do indivíduo é preenchido na satisfação de necessidades básicas.

Os suportes físicos incluem alimentação, abrigo, exercício físico, saneamento ou qualquer empreendimento que favoreça o desenvolvimento físico diminuindo o risco de doença.

Os suportes psicológicos implicam na satisfação das necessidades psicológicas de amor, segurança, limites.

Os suportes sócio-culturais estão relacionados à satisfação das necessidades individuais dependentes da estrutura

social. Estes são muito mais do que aquilo que a escola transmite e até muito mais do que aquilo, que a sociedade determina como valores a serem preservados através da educação. Incluem a história do homem como a história da cultura no "processo de transformação do mundo e simultaneamente do homem" (LATERZA, 1976).

Para o Deficiente Visual, a cultura é o próprio modo de ser humano, é o seu mundo próprio.

Distingue-se o duplo aspecto do suporte psicológico e do suporte sócio-cultural; o primeiro definindo ação contínua e recíproca do deficiente visual e do meio e o segundo resultado dessa ação definindo o conteúdo dos bens culturais conquistados. Estes condicionam novos desafios à capacidade perceptiva, à sensibilidade, à inteligência e a imaginação humanas. Por isso, a continuidade do processo educativo do deficiente visual fornece a motivação básica para a comunicação interpessoal.

Esta cultura que sobrevive no meio social do deficiente visual é um instrumento de que ela utiliza para manter-se no processo educativo. Para ele a ação educativa processa-se de acordo com a compreensão que tem da realidade social em que está inserido.

Neste processo educativo surgem dois aspectos que se interdependem: "estar-no-mundo" resulta do gesto criador do homem e com ele relacionar-se transformando-o e transformando-se. Neste sentido o gesto educativo não se distingue do gesto criador de cultura e a educação é a mediadora entre o gesto cultural e a sua continuidade.

O deficiente visual cria sua própria cultura elaborando um conjunto de códigos para se fazer entender perante a sociedade. Nesta codificação ela quer dar uma resposta satisfatória também a si mesmo. A Educação que propicia o desenvolvimento da capacitação criadora da criança cega proclama-a como ser pensante inteligente sócio do mundo que a rodeia. Aberta esta possibilidade a criança emerge de sua estagnação correspondendo aos desafios propostos dentro desta ação educativa. Une-se ao professor que passa a ser seu interlocutor e alia-se aos colegas videntes ou não para participar na solução de problemas cotidianos. Neste ambiente cresce a confiança do deficiente visual em si mesmo e nos outros desencadeando a comunidade onde o companheirismo é latente e preservado a todo custo. Reflete, opina e decide junto aos outros na certeza e na incerteza dos rumos a seguir. A diversidade de pensar e agir deste grupo caracteriza-o como centro criador, promovendo a capacitação permanente de seus membros. Agora, estes passam a formar novos conceitos, com interpretações mais libertadoras de uma nova ação no mundo criando, nova cultura que os humaniza mais. O deficiente visual esquece de suas limitações e se lança à participação sem se poupar, independente do que possa ocorrer. Não se compromete com o êxito nem visa resultados pré-estabelecidos; o importante é fazer parte do processo de ação conjunta iniciado.

"Não imitar nada, nem ninguém, é a condição das obras vivas" (MACHADO DE ASSIS). O deficiente visual inserido neste contexto do qual ajudou a elaborar, sente-se agente cultural quando expressa seu modo de ser. Manifesta-se na arte e inicia-se a dar explicações científicas aos desafios do

mundo, pois no grupo levantam-se alternativas que são questionadas optando-se pelas melhores. O senso crítico é cultivado harmonicamente no grupo, desabrochando como arte a habilidade de conviver numa comunidade. Esta cresce quando funde interesses e objetivos comuns levando a atingir a mesma meta. Assim a educação é a mediadora neste processo que passa a possibilitar uma abertura à capacidade integral do educando como, força motriz de nova cultura.

No ato educativo a escola teria a função de suprir suportes psicossociais pela relação professor-aluno ou através das relações criança com os companheiros.

Relações positivas aumentarão a chance de desenvolvimento.

Relações alteradas poderão dificultar a aprendizagem ou criar problemas de insegurança e perda da auto-estima.

Ao sistema escolar cabe também ofertar os suportes culturais; objetivos, recursos humanos, normas acadêmicas, aprendizagem. Cada um desses itens reflete, de alguma maneira, o quanto o sistema escolar atende às demandas de uma população.

Uma pessoa tem durante sua vida, uma sucessão de etapas evolutivas associadas a situações, como adolescência, casamento ou maternidade... Cada uma delas apresenta sua configuração própria e subentende algumas regras de comportamento. Entre uma etapa e outra, os indivíduos atravessam períodos transitórios ou de mudanças.

Em suma, os períodos críticos são de adaptação a situações novas e incluem certo grau de tensão emocional manifestada por vários sintomas como: sentimento de ambiguidade,

insegurança, depressão, habilidade emocional, reações fóbicas, distúrbios neurovegetativo, perturbações de sono ou de alimentação, fantasias de morte ou mutilação, conforme acentuam TAVAZZA *et alii* (1970), WADEFOGUEL & GARNER (1961) e CAPLAN (1961, 1966).

Segundo CAPLAN (1966) "o fator essencial que determina o aparecimento de uma crise é o desequilíbrio entre a dificuldade e a importância de um problema e os recursos disponíveis para enfrentá-lo de imediato" (MEC, 1979).

Admitir esse critério implica na reabilitação do trabalho diagnóstico, considerando-o como a etapa anterior a qualquer situação. Desta maneira o diagnóstico de uma situação supõe um trabalho de análise criterioso em que se procura considerar cada uma de suas variáveis. Assim, considera-se que cada criança é uma criança, embora os deficientes visuais no Brasil, possam ter muitas características em comum. Cada uma delas vai reagir à situação de escolar de acordo com os recursos pessoais próprios, que são baseados nos diversos suportes que teve ou não na vida e também baseados na sua estrutura de personalidade.

O ingresso na escola da criança normal ou deficiente visual pode ocasionar uma ruptura na rotina familiar tornando-a mais vulnerável a melindres sociais.

### 3.3 ESCOLA

A psicologia considera que há quatro grandes separações importantes na relação mãe-filho, separações essas dolorosas mas, necessárias para um crescimento satisfatório de

consequente independência do indivíduo. A primeira é o nascimento, a segunda o desmane, a terceira a locomoção e a quarta é a entrada para a escola.

A escola como um todo deve estar preparada para compreender a criança deficiente de visão no seu aspecto mais global no que diz respeito às condições que antecedem a sua entrada nela, bem como, orientar os pais no processo de seu desenvolvimento.

A criança cega ou amblíope assim como, as crianças videntes apresentarão problemas, nos primeiros anos de sua escolaridade, com respeito as dificuldades de leitura e de escrita.

Alguns nos aspectos mecânicos e outros nos aspectos emocionais; podem ser também devido a problemas de ordem neurológica.

Se o problema persistir deve-se encaminhar a criança à equipe de suporte da escola ou a serviço especializado da escola.

Um diagnóstico bem feito, por uma equipe multidisciplinar, poderá conduzir uma criança portadora de cegueira a uma classe especial para ser alfabetizada através do Sistema Braille.

"O desenvolvimento da capacidade visual até ao máximo nível de deficiência possível é baseado na compreensão e aceitação do seguinte:

1. O desenvolvimento da capacidade visual não é inato e automático;
2. A capacidade visual não está determinada nem pode ser avaliada apenas pela medida da acuidade visual.

3. A capacidade e o funcionamento visual não estão relacionados necessariamente à espécie ou grau de deficiência ou perda.
4. A capacidade e a eficiência visual podem ser aprendidas através de um programa sequencial de experiências visuais" (BARRAGA, 1970).

A educação do cego é passível de mil soluções, através dos recursos de uma tecnologia pedagógica que atenda o deficiente visual como "inadaptado" e não como "desadaptado", numa atuação de trabalho de equipe.

Quanto a sua personalidade jamais devem ser reforçado ou facilitado o isolamento ou dependência.

Na educação dos deficientes visuais os objetivos, conteúdos e matérias não são essencialmente diferentes dos compreendidos na educação normal, sendo assim, ele é capaz de acompanhar os conteúdos programáticos da escola, ressaltando as necessárias adaptações quanto a certos procedimentos e a recursos didáticos específicos.

#### 3.4 IMPORTÂNCIA DO DIAGNÓSTICO E CLASSIFICAÇÃO DO DEFICIENTE VISUAL

Por ser um assunto de relevante importância ao deficiente visual muitas obras se tem feito sobre a questão do diagnóstico e classificação de alunos excepcionais.

A Sociedade Nacional para Prevenção da Cegueira recomenda, como teste mínimo para as crianças em idade escolar, um teste anual com o gráfico de Snellen. Este é mais amplamente empregado por ser simples e por poder ser rapidamente administrado por um enfermeiro ou professor.

O teste Snellen testa apenas a visão central não detecta a hipermetropia (imagem formada além da retina), a presbiopia (falta de elasticidade do cristalino) ou o estrabismo (visão de um dos olhos de seu eixo normal).

Os estudiosos recomendam que nos programas de triagem visual incluam os seguintes testes:

Segundo ENGLISH & ENGLISH (1958):

- diagnóstico é a identificação de enfermidade ou anormalidade a partir de sintomas apresentados e de um estudo de sua origem e curso;
- classificação são as características observadas do indivíduo.

Sendo assim, o diagnóstico é mais voltado para a identificação de anormalidades com base em sintomas presentes, origem e curso e a classificação ligada as características observadas.

De acordo com KIRK & McCARTHY (1961):

- diagnóstico é uma avaliação da criança, que antecede a um tipo específico de atendimento educacional ou terapêutico;
- classificação serve com o intuito de rotular, discriminação, a um grupo, tipo ou categoria particular.

No processo educativo, a situação de diagnóstico é mais complexa pois vários fatores estão incluídos, tanto no processo de aprendizagem adaptação escolar e ajustamento pessoal dependendo do seu estado físico, intelectual e emocional - fatores internos e os de ordem externa estão ligados diretamente ao meio escolar e extra escolar.

"O diagnóstico educacional consiste na utilização de recursos, meios e técnicas para analisar e avaliar as situações educacionais, os problemas e as dificuldades dos alunos, bem como determinar suas causas, para preveni-las e corrigi-las" (MAZZOTTA, 1982).

Sendo assim, constitui uma das fases mais importantes do trabalho educacional por incluir aspectos da análise das dificuldades de rendimento escolar dos desajustamentos e das falhas do processo educativo.

Conclui-se, que o diagnóstico refere-se a uma determinação da situação global do indivíduo num determinado momento, resultante de uma variedade de avaliações, que, em consequência, possibilitará sua classificação em função das características observadas.

Sua função constitui de fornecer informações úteis ao desenvolvimento do programa de ensino. Deve ser fornecido o mais rápido possível para que estes desajustes sejam sanados ou/e detectados, alertando todo o pessoal envolvido, pais e a própria criança.

Geralmente, os exames oftalmológicos nem sempre estão a mão das crianças sendo assim, os sintomas mais comumente detectados são:

1. irritações crônicas dos olhos, indicadas por olhos lacrimejantes ou pálpebras com as bordas avermelhadas, com crostas ou inchadas;
2. náuseas, visão dupla ou embotamento visual durante ou após a leitura;
3. esfregar os olhos, franzir o cenho ou contrair o rosto ao olhar para objetos distantes;

4. cautela excessiva no andar, correr com pouca frequência e aos tropeços, sem razão aparente.
5. desatenção anormal durante o trabalho no quadro de lousa, gráficos de parede ou mapas;
6. queixas de embotamento visual e tentativas de afastar os empecilhos visuais esfregando os olhos;
7. inquietação, irritabilidade ou nervosismo excessivos após trabalho visual prolongado a curta distância;
8. piscar excessivamente, em especial durante a leitura;
9. segurar o livro, habitualmente, muito perto, muito longe ou em outras posições incomuns ao ler;
10. ser capaz de ler apenas por períodos curtos de tempo de cada vez;
11. pender a cabeça para um dos lados durante a leitura;
12. fechar ou cobrir um dos olhos durante a leitura.

Como todas as deficiências, a desvantagem da pessoa cega consiste dos efeitos cumulativos da própria incapacidade e de suas limitações intrínsecas, do estigma social que se manifesta nos estereótipos culturais dos cegos e do autoconceito do indivíduo cego.

A cegueira torna o indivíduo: impedido à palavra impressa, restringido a mobilidade independente, limitado a percepção direta, das pessoas, de ambiente distante e de objetos grandes demais para serem apreendidos pelo tato e privado de importantes pistas sociais.

"Nas últimas décadas, os educadores têm reconhecido que a eficiência funcional da visão, o modo pelo qual uma criança a utiliza, é mais importante do que sua atividade visual medida. Conseqüentemente, se tem procurado... uma definição funcional de cegueira" (LOWENFELD, 1973).

## 4 SUGESTÕES PRÁTICAS AOS VIDENTES PARA TRABALHAR COM O DEFICIENTE VISUAL

### 4.1 SUGESTÕES PARA ASSISTÊNCIA POR PESSOAS DOTADAS DE VISÃO AO DEFICIENTE VISUAL (TELFORD, 1984; SAWREY, 1984)

- a) Ensine às crianças a segurar o garfo com a mão esquerda e a faca com a direita em todas as ocasiões;
- b) mantenha uma rotina na disposição dos objetos;
- c) informe a localização dos objetos mencionando os nomes;
- d) ensine as crianças a colocarem o sal e a pimenta na mão antes de colocá-las na comida, para que possam calcular o volume;
- e) dê o seu braço ao cego, logo acima de seu cotovelo, para caminhar, se ele o desejar. Caminhe em linha tão reta quanto possível;
- f) deixe que a pessoa cega entre num carro sozinha, depois que você houver colocado a mão dela na porta;
- g) nos restaurantes, leia o cardápio em voz alta para a pessoa cega, deixando-o fazer o seu pedido ao garçon. Diga-lhe ou faça-a tocar com a mão o lugar de objetos como cinzeiro, açucareiro, saleiro e recipientes de pimenta. Informe-lhe o valor de sua conta e deixe que ela pague ao garçon ou ao caixa;

- h) quando encontrar uma pessoa cega, aperte sua mão se ela fizer um gesto em sua direção;
- i) fale diretamente com ela: não use seu companheiro;
- j) não eleve sua voz.

## 4.2 VISÃO SUBNORMAL - QUANDO EXISTE LUZ (BARRAGA, MORRIS, 1985)

### 4.2.1 Quando bebê ou criança

- . Estimule a piscar e abrir os olhos com ajuda de lanterna e/ou claridade natural, sol, mesmo nos momentos de vigília quando os olhos estiverem abertos.
- . Obrigar a criança a usar os músculos dos olhos, tentando focar, refocar nas formas, cores e modelos dos objetos.
- . Encorajar a seguir os objetos com os olhos e auxiliar o bebê a alcançar os objetos e trazê-los para perto do rosto.
- . Encorajar a mover-se para tentar alcançar, engatinhar, ou movimentar-se para perto dos objetos (coordenação motora ou visual) dando-lhe liberdade para explorar, olhar e tocar simultaneamente e também a exploração em ambientes externos como jardins e parques.
- . Chamar constantemente sua atenção para objetos e figuras interessantes.
- . Deixar que aconteçam pequenas quedas ocasionadas por erros de apreciação ou falha de ver um objeto.
- . Ensinar a criança a ver e como olhar para armazenar no cérebro memórias visuais como a figura dos adultos...

#### 4.2.2 Alunos em idade escolar

- Atividades funcionais: os objetivos destas sugestões sobre tarefas visuais desempenhadas em cuidados pessoais durante as brincadeiras dentro de casa, na escola, vizinhança e comunidade.

- . Ensinar a criança e o jovem sobre a própria deficiência e sobre o que eles podem ver bem.
- . Tentar desenvolver uma base de apoio providenciando interações com colegas com problemas parecidos.
- . Ensinar os estudantes a trabalhar olhando para os objetos e especialmente para as pessoas (interação verbal).
- . Desenvolver comportamento e habilidades que os tornarão capazes de participar, com colegas, de brincadeiras e ginástica (habilidades sociais).
- . Encorajar a coordenação de movimento com a visão penteando, vestindo, colorindo, construindo, etc.
- . Providenciar um contraste de claro e escuro.
- . Auxiliar o estudante em ambientes internos e externos chamando sua atenção aos aspectos característicos como cor, forma, linha, etc, encorajando-o a tocá-los.
- . Orientação sobre segurança.
- . Assistir televisão a cores para estimular o desenvolvimento visual.

- Atividades escolares: estas sugestões referem-se às tarefas relativas à visão de perto como: ler, escrever, fazer conta... As idéias que auxiliam os professores de classe é também válida para apoiar a equipe de ensino, bem como os pais.

- . Compreender o máximo sobre a natureza da imperfeição visual e seus efeitos na função visual encorajando-o o que pode e que não pode ver.
- . "Encorajar os estudantes a olhar, mesmo não tendo certeza deles poderem ver os objetos ou as fotos. Não encorajá-los sempre a olhar e privá-los da oportunidade de trabalhar visualmente" (MARTIN & HOBEN, 1976).
- . Lembrar que o uso prolongado da visão subnormal pode resultar numa redução temporária da eficiência por causa da fadiga.
- . Ser realista nas expectativas de desempenho visual, levando-os a perceberem e compreenderem que o que eles vêem, pode ser diferente daquilo que os outros vêem.
- . Enfatize as impressões visuais precisas e encoraje o progresso, sempre que algum trabalho estiver abaixo do padrão esperado.
- . Informar a respeito dos aparelhos de aumento disponíveis e apoiar o uso dos mesmos no trabalho escolar e em outros lugares.
- . Manter o máximo de comunicação com o professor especializado.
- . Os estudantes com visão subnormal lêem lentamente, sempre movimentando a cabeça ou o livro ao invés dos olhos. Quando eles se cansam, perdem a continuidade pulam linhas e/ou lêem pior, aconselhável a mudança de tarefa.
- . Evitar trabalhar sobre superfície muito polida, na sombra ou em áreas lustrosas. Use luz natural, iluminando em volta do estudante.

- . Ensinar letra cursiva ou alguma forma de manuscrito modificado encorajando o trabalho no quadro-negro, pois o contraste é bom e a posição ideal, é também mais fácil e confortável sob o aspecto motor, principalmente para as operações e números.
- . Encorajar o professor especializado ou outra pessoa qualificada a ensinar o estudante o quanto antes a máquina de datilografia por duas razões:
  - a) aumenta a independência no preparo das tarefas de classe;
  - b) o manuscrito pode ser muito lento e cansativo para tarefas longas. Auxílios ópticos e lentes de aumento serão de utilidade para ler o que foi batido à máquina.
- . Se possível, providenciar testes, materiais duplicados, gráficos e mapas em tamanho ampliado.

- Para todos os estudantes com visão subnormal - a eficiência do funcionamento visual, independente da idade ou do nível de desenvolvimento. Elas são importantes para os pais, professores e outras pessoas envolvidas com os estudantes.

- . Ajudá-los a pensar e a se comportar como indivíduos que vêem.
- . Usar a palavra "ver" tão livremente como se faz com aqueles que têm uma imperfeição menor.
- . Compreender que o sentido da visão funciona melhor em conjunto com os outros sentidos, com o sistema motor e acompanha o desenvolvimento social e emocional. Quando aumenta o funcionamento visual, torna-se

mais fácil o progresso em outras áreas de aprendizagem.

- . Estar ciente de que existe uma diferença entre nunca ter tido boa visão e perder a visão após a faixa de 2 a 4 anos. Esta diferença está definitivamente relacionada à eficiência em aprender e está igualmente envolvida na coordenação motora.
- . Perguntar à pessoa com visão subnormal "o que você vê". A resposta dará uma avaliação da precisão das impressões visuais.
- . Trabalhar sobre o princípio de que quanto maior for o desenvolvimento da eficiência visual do estudante com visão subnormal nas situações da "vida real", durante os anos que antecedem a leitura, maior será o potencial de aprendizagem com tipo de impresso.
- . Compreender o cansar-se facilmente por causa da energia extra usada para olhar e interpretar as pequenas informações visuais recebidas.
- . Serão lentas as respostas à estimulação visual.
- . Encorajá-los a serem persistentes e a procurarem desenvolver o desejo de ver. A visão varia de um dia para o outro e, conseqüentemente, podem variar as emoções, reações e desempenho. Cada estudante é diferente no sentido de como e o que vê.
- . Saber que, com relação às pistas visuais, as percepções podem ser manchadas, distorcidas ou imprecisas.
- . Esperar que o estudante use a vista todo o tempo e em todas as atividades, porém estar pronto para avaliá-los a interpretar e esclarecer as manchas, dis-

torções e equívocos que possam ser evidentes.

- . Aprender a ignorar os comentários negativos sobre o indivíduo de visão subnormal. Não deixe de fornecer informações objetivas para outros observadores profissionais quando for apropriado.

#### 4.3 QUADRO DEMONSTRATIVO DO EXCEPCIONAL - CURITIBA - 1987

Número de Alunos no Ensino Regular	
Normais	215.935
Excepcionais	3.173
Deficientes Visuais	492
Número de instituições	26
Número de classes especiais (dentro do ensino regular)	85

#### Atendimento de alunos Excepcionais

	Atendidos pelas instituições	Atendidos pelas classes especiais
Físico e/ou mental	2.166	1.007
Deficiente Visual	487	5

FONTE: FUNDEPAR - DPP - Departamento de Pesquisa e Planejamento

Através do quadro percebe-se que o número de excepcionais, em Curitiba, chega a ser significativo. Já os deficientes visuais representa mais ou menos 1/6 do excepcional. Estes

dados são referentes a clientela que recebe algum tipo de atendimento educacional, não estando computados os demais.

Quanto ao atendimento educacional ofertado pelas instituições e classes especiais parece corresponder a demanda.

## 5 CONCLUSÃO

Percebe-se que ao definir as atividades da criança cega associa-se intimamente à diferentes formas de atividades além da educação, a produção inferindo em outros campos.

A diferença está fundamentalmente na atitude das pessoas que a executam, nos objetivos pretendidos e nos métodos de aplicar a inteligência e a habilidade para elevar sua existência a um mais alto nível de realidade e valor transformado em comportamento.

As horas na escola impregna a criança deficiente visual que trabalha isenta da compulsória, se movida pelo desejo de saber, saber ser, saber fazer, num treino contínuo de profunda busca de unidade ativa.

A forma de verificação (avaliação) para chegar a ver o que já se sabe diversifica de pessoa para outra. Inclui cinco aspectos básicos que no trabalho explicitam e resumem extraindo de FLANDERS in BECKER, Lauro um quadro que configura os aspectos: Antropológico, Caráter, Costumes e Valores, gerando o comportamento resultado de uma rede de influências intrínsecas.

Antropológico	Caráter	Costumes	Valores
Normativo	instituição	papel	expectativas
grupais	grupo	clima	necessidades
personalístico	indivíduo	personalidade	necessidades
biológico	organismo	constituição	potencialidade

Com esta rede de influências intrínsecas o homem toma a natureza material no tempo e no espaço e comunica-se com ela intencionalmente ao abstrair o que lhe convém atribuindo significado, nomes, alterando seu comportamento frente a sua existência objetiva.

A emoção, inteligência e a liberdade são utilizadas pelo deficiente visual junto à natureza material para assimilar das coisas o essencial que no "ouvir" com o tato, olfato, gosto e com os olhos (com o pouco que se vê) extrai "algo do nada".

É o retoque final de coordenação livre, de meios para veicular idéias aos outros, por palavras, gestos, sinais desbrochando numa atividade intelectual criadora.

Desta atividade tornada filosofia e ciência o deficiente visual objetiva e universaliza sua visão particular do mundo em sistemas de pensamento que depois vai ser transformado em sistema de produção, compartilhado por todos. É aí onde os aspectos culturais, econômicos, políticos de vida e valores se interagem formando o sistema de produção e sistema de lazer do Deficiente Visual.

Tais aspectos devem ser considerados ao se fixar normas de atendimento ao deficiente visual. Por isso as leis que vigoram na Constituição atual devem ser melhor detalhadas através

dos Conselhos Federal e Estaduais da Educação assegurando o desenvolvimento da personalidade do deficiente visual que irá dinamizá-la como elemento produtivo à sociedade.

O poder do deficiente visual de selecionar certos elementos como bens para formar outros bens, hierarquizando-os como valores que, ligados às atividades sociais traduzem o papel dominante no seio da sociedade de uma das parcelas do tempo e do trabalho.

↳ Aqui os valores transmitidos são colocados em cima das "funções" e "atividades" do homem como mera retenção de informações sem qualquer dado de vivência e reflexão, na forma de conceber o conhecimento como algo inacabado. Aprender é, nesta linha de pensamento errôneo, ter acesso aos conteúdos do ensino formal que por sua vez, baseia-se no recurso exclusivo da linguagem oral e escrita. Assim, de certa maneira exclui-se o deficiente visual da educação integrada, deixando a educação de ser um direito de todos. //

No ensino regular onde a criança deficiente visual vai se integrar deve e pode usar a educação artística, educação física, ciências como recursos enriquecedores de objetivos claros onde o educando manifesta sua criatividade e personalidade.

As possibilidades de descoberta na relação que então estabelece com o mundo são subestimadas por não se atribuir a elas um caráter de aprendizagem.

As noções compartimentadas bloqueiam o deficiente visual que devidamente estimulado procura suas próprias respostas e formas pessoais de explorar sua relação com o mundo. São inibidoras dessa exploração as situações pré-determinadas e que

não tomam como ponto de partida os interesses e necessidades do deficiente visual.

A postura reflexiva e de um tratamento processual e crítico da realidade em que atua implica num processo de amadurecimento pessoal e intransferível do próprio professor.

Em face da problemática o que poderá ser feito?

Uma alteração neste panorama presumivelmente incluirá a necessidade de ação integrada por parte:

- dos órgãos técnicos, responsáveis pelas diretrizes impressas ao tratamento curricular programático e metodológico, bem como, cuidados de detecção da doença e orientação;
- dos próprios especialistas.

As soluções-chaves serão a abertura e o diálogo e a real disposição para o trabalho integrado com outros especialistas de vários níveis, de diversas áreas. Enfim, uma equipe multidisciplinar.

Embora utilizando conteúdos específicos seguirão objetivos comuns como o desenvolvimento do pensamento lógico e crítico, a compreensão dos problemas da realidade circundante e a instrumentação para uma efetiva participação do deficiente visual na tarefa de reformulação dessa realidade. Essa formulação revigora num processo contínuo de ensinar e aprender acrescentando junto a formação acadêmica.

A necessidade de uma visão mais ampla de educação e uma atuação na realidade social e econômica em que vive o deficiente visual constitui aspecto importantíssimo para sua integração na sociedade.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- . BARRAGA, Natalie & MORRIS, June C. Programas para Desenvolver a Eficiência no Funcionamento Visual. São Paulo, Fundação para o Livro do Cego para o Brasil, 1985.
- . BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. Proposta Curricular para Deficientes Visuais. Brasília, 1978. v.1-3.
- . \_\_\_\_\_. Proposta Curricular para Deficientes Visuais para o Professor. Brasília, Centro Nacional de Educação Especial, 1979. v. 4.
- . CANZIANI, Maria de Lourdes & PICHORIM, Suzana. A Educação Especial no Estado do Paraná, 1963/1983. s.n.t.
- . FUNDAÇÃO HELTON ROCHA. Ensaio sobre a Problemática da Cegueira. Belo Horizonte, Fundação Helton Rocha, 1987.
- . KIRK, Samuel A. & GALLACHER, James J. Educação da Criança Excepcional. São Paulo, Martins Fontes, 1987.
- . LATERZA, Moacir & RIOS, J. Filosofia da educação. São Paulo, Herder, 1976. v.1
- . MAZZOTTA, Marcos José da Silveira. Fundamentos de Educação Especial. São Paulo, Pioneira, 1982.
- . PARANÁ. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO. Deliberação nº 004/86. Aprovada em 18/11/86.
- . \_\_\_\_\_. Deliberação nº 0020/86. Aprovada em 21/11/86.
- . \_\_\_\_\_. Conselho Estadual de Educação. Indicação nº 001/83. Processo nº 136/83. 07/03/83.

- . ROMANELI, Otaiza de Oliveira. Histório da Educação no Brasil. Petrópolis, Vozes, 1978.
- . SBERZE, Jane. A sexualidade em crianças excepcionais. Curitiba, UFPR, 1986. Monografia.
- . TELFORD, C.W. & SAWREY, J.M. O indivíduo excepcional. Rio de Janeiro, Zahar, 1975.